SERVICO

MOVIMENTO 25 de Abril

boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS

Direcção: COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M.F.A.

N.º 3—25 OUT. 1974 Preço 2$50 5.ª DIV./EMGFA DISTRIBUIDO POR DISTRIBUIDORA "O SECULO" FOTOCOMPOSTO E IMPRESSO NO INSTITUTO HIDROGRÁFICO — RUA DAS TRINAS, 49

EDITORIAL

O Movimento das Forças Armadas resultou da tomada de consciência, por parte de um núcleo inicial de oficiais, das contradições profundas que dilaceraram a Nação, particularmente evidenciadas numa guerra colonial que se prolongava sem finalidade visível.

Depois do 25 de Abril o Programa do Movimento foi aceite não só pela quase totalidade das Forças Armadas, mas mais ainda recebeu a consagração plebescitária do Povo Português manifestada com entusiasmo em múltiplas ocasiões.

Ora o Programa do MFA é um programa político que se propõe estabelecer os fundamentos que possibilitam a reestruturação da sociedade portuguesa, a partir do estado em que a deixou o regime fascista; e, nessas condições, é um programa revolucionário.

Quando se reconheceu que esta via revolucionária era a exigida pela situação de descalabro e injustiça social em que se caíra, admitiu-se implicitamente que existiam problemas de fundo que não se resolveriam pelo recurso à velha receita de burguesia reformista liberal de "mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma".

Para a resolução de problemas deste tipo não basta mudar pessoas. É indispensável concomitantemente proceder ao saneamento das estruturas, de modo que os fundamentos que, neste período transitório, estão a ser lançados sejam na realidade "saudáveis", isto é venham a permitir o restabelecimento do corpo social.

Nesta perspectiva foram já dados passos decisivos, mormente no que respeita a um dos magnos problemas que afectavam a Nação: o problema colonial.

A metodologia adaptada foi de natureza democrática. Nem outra coisa seria concebível, visto que o programa revolucionário do MFA é um programa revolucionário democrático.

Como consequência lógica dessa opção doutrinária, entrou-se em linha de conta com as aspirações dos próprios povos das colónias, conforme vinham a ser expressas pelos movimentos de libertação no uso da única legitimidade consentida pelos regimes opressores: a da revolta.

Acresce que essa legitimidade era reconhecida pelos organismos internacionais a cujas recomendações o programa do MFA se vincula.

Por conseguinte, a proclamação presidencial de 27 de Junho, sobre o direito dos povos coloniais à independência, enquadra-se perfeitamente dentro das linhas programáticas estabelecidas pelo MFA. Não houve desvio por excesso como também não houve retraimento por defeito: procedeu-se sim com decisão e firmeza, seguindo uma linha interpretativa cuja justeza os resultados comprovam e à qual o mundo rende homenagem.

Entretanto — após a clarificação política que teve lugar no final de Setembro — ficou aberta a possibilidade de se encaminhar com paralela afoiteza para a implantação dos fundamentos resolutivos de outro dos problemas magnos que afligem a Nação: o problema económico.

Também neste domínio os objectivos programáticos apontados pelo MFA impõem o saneamento de muitas estruturas apodrecidas ou viciadas e a sua urgente renovação ou substituição; até porque o Governo provisório, tem o dever de remover os entraves ao desenvolvimento económico, que possam vir a dificultar a acção do futuro governo resultante do sufrágio popular.

Simultaneamente, as exigências da opção democrática têm que ser respeitadas mau grado estarem ainda longínquas as eleições que conduzirão à transmissão de poderes.

Nestas circunstâncias, entrar em linha de conta com as necessidades e anseios das massas populares dever-se-á traduzir em encarar como legítimos representantes dos seus interesses as organizações democráticas intermédias, cuja actividade anti-fascista tenha sido e seja indesmentível; tais como as organizações políticas, administrativas, sindicais, agremictivas, profissionais, académicas, culturais e outras.

Mobilizar as populações para participarem numa grande campanha nacional de animação económica representa, em primeiro lugar, contrapor o seu enorme potencial de criatividade, ao tradicional paternalismo dos planos tecnocráticos.

A síntese resultante vai sem dúvida facilitar a localização dos estrangulamentos que estão postos ao desenvolvimento económico do País, dos quais o menor deles não será de certo o "legalismo", essa hidra de mil cabeças, presença do Portugal velho no Portugal novo, que esbraceja a todos os níveis para travar a dinâmica revolucionária. E também vai sem dúvida, fazer ressaltar que a exigência de uma política de austeridade não é apenas moral, mas indispensável ao saneamento das estruturas económicas nacionais.

Finalmente e recapitulando o Programa do Movimento das Forças Armadas se confirma que é "com a participação sincera, esclarecida e decidida de todos os portugueses" que se garantirão "as condições necessárias à definição, em curto prazo, de . . . uma política económica posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas".

DISCIPLINA E HIERARQUIA

— EM DEFESA DA DEMOCRACIA —

Torna-se cada vez mais imperiosa a consolidação no mais curto espaço de tempo de laços de unidade e de íntima cooperação entre todos os extractos (Oficiais, Sargentos e Praças) que constituem as FORÇAS ARMADAS. Bem entendido que essa cooperação tem de se consolidar na base do maior respeito mútuo.

Tal medida constitui a única forma de assegurar a coesão de todos os militares à volta dos objectivos democráticos e patrióticos do Movimento das Forças Armadas e, reforçando a ligação e unidade entre os militares e o Povo Português, representa o mais seguro caminho para defender a Democracia conquistada em 25 de Abril, assegurando que o programa do MFA seja cumprido até às últimas consequências abrindo caminho para a libertação definitiva do nosso Povo.

Só deste modo o MFA estará à altura das responsabilidades históricas que assumiu perante o Povo Português porque só assim, como verdadeiro "Povo em Armas", as Forças Armadas reflectirão a realidade de ser profundamente popular a sua base e a origem social dos seus elementos! Só assim as Forças Armadas estarão identificadas com os verdadeiros interesses do Povo Português e em condições de os defender em qualquer ocasião.

Reencontrada a sua dignidade e patriotismo, as Forças Armadas não podem aplicar as velhas directivas do antigo regime pois têm uma elevada missão política: *serem garantes da execução séria e integral do Programa do MFA em consonância com as aspirações populares!* Assim, as Forças Armadas preparam-se desde já em todos os escalões e reestruturam-se segundo o espírito do programa do MFA para o papel importante que têm a desempenhar em íntima união com o Povo Português na reconstrução e progresso do País e na defesa da Democracia. É necessário que todos os militares se formem dentro dos objectivos unitários do Programa. É necessário que os militares se convertam numa força activa, participante e consciente para a defesa da Democracia e dos princípios expressos no programa do MFA para a total irradicação do Fascismo e consolidação das conquistas alcançadas. É necessário que todos se sintam identificados numa luta comum e sem paternalismo de nenhuma espécie. É preciso vencer de uma vez por todas, as desconfianças e as reservas que possam subsistir da longa e traumatizante submissão anterior. É preciso que todos estes objectivos estejam ao serviço de uma vigilância intransigente contra as manobras da reacção.

A HIERARQUIA militar deve mais do que nunca ser compreendida e reforçada assentando na responsabilidade e na cooperação consciente por objectivos comuns.

Do mesmo modo também a justiça militar deve ser aplicada em moldes de compreensão e responsabilização em que todos devem colaborar.

A competência técnica e a probidade são timbre dumas Forças Armadas que fizeram o 25 de Abril. A competência define natural e espontaneamente o grau hierárquico numa escala de valores.

O Chefe reconhece-se sem se impôr e aproveita para seu enriquecimento formativo pessoal a troca de opiniões com os seus subordinados. Transporta consigo, na acção conjunta dum sério trabalho de equipa, o "gérmen" da coesão entre todos os elementos. Assim o exige o verdadeiro processo democrático. Assim acontece quando a *"hierarquia das competências"* coincide com a *"hierarquia formal"*. Se após o 25 de Abril se impõe consolidarem-se as conquistas alcançadas, o esforço feito com dedicação e dignidade

Cont. na pág. 3

Depois dos dois primeiros números do nosso Boletim verificámos com satisfação a enorme procura por parte do público em geral. Assim decidimos aumentar a sua tiragem e procurando satisfazer os anseios de todos, o Boletim é posto à venda em todo o País. Contudo a distribuição para os militares continua a ser grátis.

Nós, o Povo . . .

O fascismo e o colonialismo são duas expressões do mesmo rosto. A opressão de um povo.

O povo português sofreu, durante dezenas de anos, a maior miséria, arrastando-se numa vida degradada, vendo os seus melhores filhos perseguidos, torturados, assassinados.

O povo português chorou, durante dezenas de anos, os seus homens mais válidos, forçados a abandonar a sua terra, a família, os amigos, para angariar noutros países a comida, a habitação, a educação dos filhos.

O povo português viu, durante uma dezena de longos anos, esses filhos partirem para uma guerra em África, muitos não regressando, muitos regressando diminuídos, todos profundamente perturbados com o que viam nas zonas de guerra.

E o povo português viveu as palavras Povo, Pátria, Honra, Soldado, mentidas diariamente por governantes que não tinha escolhido.

Nós, o Povo . . .

Extensos e ricos territórios africanos foram durante dezenas de anos explorados por grupos económicos que se cobriam com a nossa bandeira e com o corpo dos nossos soldados e marinheiros.

Basta reparar nos baixíssimos padrões de vida do povo português, na miséria dos camponeses e dos pescadores, na incipiente indústria, nas estatísticas da habitação, da saúde, da educação e no abandono do país pelos trabalhadores, para encontrar a verdade: o povo português nunca explorou nem beneficiou da exploração dos povos colonizados.

Nós, o Povo . . .

Os povos africanos disseram não à escravidão. E iniciaram as suas lutas de libertação, para que os seus filhos tivessem comida, e saúde, e educação, e dignidade.

E os fascistas portugueses não tinham outra alternativa senão armar o povo português e enviá-lo a defender os seus interesses mortalmente ameaçados.

E, durante uma trágica dezena de anos, o povo português foi utilizado nas guerras de África. E sofreu. E causou sofrimento. E foi mártir. E foi herói.

E foi tomando consciência do que é o colonialismo. E lembrou-se da sua terra. E perguntou-se: como é isto possível? E encontrou a resposta.

Nós, o Povo . . .

Muitos não regressaram, muitos regressaram diminuídos, física e mentalmente.

Quem são estes que não regressaram? Quem são estes que regressaram diminuídos?

Quem são os pais dos muitos que não regressaram? Quem são os pais dos muitos que regressaram diminuídos? E as mulheres, quem são? E os filhos, quem são?

Serão fascistas, os que morreram nas guerras de África? Serão fascistas,

Cont. na pág. 3

NOVA LEGISLAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

Foi recentemente publicado na *Ordem da Armada* n.º 57, de 9 de Outubro de 1974 a legislação referente ao Serviço do Bem-Estar que pela sua importância na defesa dos princípios democráticos se transcreve na íntegra:

SERVIÇO DO BEM-ESTAR:

Despacho do Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 84/74, de 4 de Outubro de 1974:

Considerando a necessidade de criar, no âmbito dos serviços dos comandos, forças e unidades, o Serviço de Bem-Estar e, consequentemente, regularizar e regulamentar a constituição e funcionamento das comissões de Bem-Estar, determino o seguinte:

REGULAMENTO
DO
SERVIÇO
DO
BEM-ESTAR

Artigo 1.º
(Criação)

1. É criado, no âmbito dos serviços dos comandos, forças e unidades da Armada, o Serviço do Bem-Estar (SBE).
2. O mesmo serviço poderá ser criado noutros organismos da Marinha não classificados como unidades, desde que tal se justifique.

Artigo 2.º
(Âmbito)

1. A acção do SBE abrange todo o pessoal militar da armada em serviço na unidade.
2. Nas unidades em que exista pessoal civil, este não será abrangido pelo SBE, devendo a organização desse pessoal processar-se fora do seu âmbito.

Artigo 3.º
(Finalidade)

O SBE tem por fim:

a) Promover o bem-estar do pessoal militar da Armada, nos seus diversos aspectos;
b) Defender os princípios democráticos, através de uma verdadeira consciencialização social e política do pessoal;
c) Fomentar o espírito de associativismo entre o pessoal, contribuindo para a estruturação de uma nova Marinha.

Artigo 4.º
(Atribuições)

Ao SBE competem as seguintes atribuições:

a) No âmbito da unidade:

1) Promover a formação cultural e desportiva da guarnição, esta última em colaboração com o Serviço de Educação Física;
2) Colaborar com o Serviço de Abastecimento na gestão do rancho e da cantina, nomeadamente, no que a esta respeita, quanto à aquisição de mercadorias e à política de preços;
3) Administrar os lucros líquidos, resultantes da exploração da cantina, pertencentes ao Fundo de Melhoramentos;
4) Administrar a Biblioteca;
5) Dar parecer ao Comando sobre as ocorrências disciplinares;
6) Dar parecer sobre assuntos de organização da vida da unidade, sobretudo os directamente ligados à guarnição;
7) Informar sobre questões relativas ao moral do pessoal, ou apresentar iniciativas ou sugestões relativas ao mesmo assunto, por forma a permitir uma acção de comando mais eficiente e esclarecedora;

b) No âmbito da Marinha:

1) Promover a consciencialização social e política da guarnição, com vista à defesa dos princípios democráticos;
2) Criar uma estrutura associativa de modo a que todos possam participar na vida da respectiva unidade;
3) Difundir os resultados das experiências realizadas no âmbito do serviço e tomar conhecimento das que tenham sido realizadas nos serviços de outras unidades, de forma a possibilitar um trabalho associativo global.

Artigo 5.º
(Órgãos)

O SBE é dirigido por uma comissão, denominada Comissão do Bem-Estar (CBE) e dispõe de uma secretaria.

Artigo 6.º
(Constituição da CBE)

1. A CBE é constituída por oficiais, sargentos e praças, de acordo com a proporcionalidade existente entre estas categorias na guarnição, e é coordenada pelo militar mais graduado ou antigo que dela faça parte.
2. Sempre que possível, o número de praças que faz parte da CBE deve ser igual à soma do número de oficiais com o número de sargentos, sendo este igual ou maior do que aquele.
3. Os membros da CBE são eleitos, conforme se trate da categoria de oficiais, sargentos ou praças, por todos oficiais, sargentos ou praças da guarnição, tendo em vista fundamentalmente a participação de todos na vida da unidade.
4. Os membros da CBE podem ser substituídos, em qualquer altura, por outros elementos da guarnição pertencentes à mesma categoria, por desejo expresso desta categoria.
5. Semestralmente, cada categoria pronunciar-se-á sobre a substituição de cada um dos seus representantes na CBE.

Artigo 7.º
(Funcionamento da CBE)

1. A CBE reúne-se semanalmente, podendo, no entanto, reunir-se extraordinariamente por convocação do comando ou de um dos seus elementos, sempre que as circunstâncias o exijam.
2. De todas as reuniões será lavrada acta em livro próprio.
3. As decisões da CBE são tomadas por votação nominal de todos os seus membros, passando essa votação a ser secreta sempre que solicitado por qualquer dos seus membros.
4. Quando existam problemas a tratar, comuns ao pessoal civil, serão convocados para as reuniões da CBE elementos representativos desse pessoal, os quais estarão em pé de igualdade com os membros da CBE.

Artigo 8.º
(Responsabilidades
das
decisões)

1. A CBE, na resolução dos assuntos a tratar, actua em bloco, cabendo a responsabilidade das decisões a todos os seus membros, que actuam sempre em pé de igualdade, tornando-se, portanto, solidários com o resultado da votação.
2. Ao coordenador da CBE apenas cabem, nesta qualidade, funções de orientação e de disciplina das reuniões.

Cont. na pág. 6

NOTÍCIAS DO M. F. A.

ARMADA

Após o 25 de Abril foram criados na Armada novos Serviços e organismos com o objectivo de permitirem a participação de todos quantos nela servem, legitimando a disciplina e a hierarquia, aumentando a eficiência, e sobretudo abrindo caminho para que as FA sejam efectivamente "o Povo em Armas".

Assim as Comissões de Bem-Estar (CBE's) e o associativismo de oficiais, sargentos e praças têm permitido atingir os supracitxdos objectivos, pondo a Armada apta a defender em qualquer momento o Programa do MFA.

Transcrevemos as Circulares n.º 6 e N.º 7 da CDAP (comissão eleita por todas as praças das CBE's da Armada) distribuídas com conhecimento do gabinete do CEMA.

CIRCULAR N.º 6

De: CDAP (Comissão Dinamizadora do Associativismo de Praças)
Para: Praças da Armada

CAMARADAS!

A CDAP face aos importantes acontecimentos verificados nos últimos dias, e certa de interpretar os sentimentos das praças da Armada e seus representantes nas CBE's declara que o resultado do que se passou nas noites e dias de 27, 28 e 29 do corrente, são motivo para o nosso enorme contentamento, ao mesmo tempo que nos deixam ensinamentos que devemos ter presentes para levarmos a cabo a tarefa de participação na democratização do país e no cumprimento integral do programa do MFA.

Dos acontecimentos verificados no último fim de semana, são de salientar os seguintes aspectos:

a) A manifestação da "maioria silenciosa" de pretenso apoio ao MFA tinha a cobertura de altas individualidades. Gozava ao mesmo tempo de apoio financeiro oriundo de grupos económicos cujos interesses começaram a correr risco com o 25 de Abril.
b) Esta manifestação era um passo decisivo para o golpe de estado reaccionário que permitiria o regresso ao poder dos fascistas desalojados em Abril pelo MFA. Era ao mesmo tempo uma tentativa desesperada para travar o processo de democratização e descolonização em curso.

Para preparar todo este golpe a reacção serviu-se de diversos meios:

— Utilizou uma vasta campanha anticomunista principalmente junto das camadas da população mais despolitizadas.
— Procurou desacreditar o MFA e o Governo Provisório.
— Criou uma situação económica difícil ao País.
— Tentou fomentar o descontentamento generalizado da população.
— Procurou dividir as forças democráticas e enfraquecer a sua aliança com o MFA.
— Lançou falsos apelos ao patriotismo tentanto explorar a despolitização do Povo Português.

A total vitória sobre a conjuntura reaccionária foi possível devido aos seguintes factores:

1.º Imediata vigilância das populações nas estradas, caminhos de ferro, vilas, aldeias, transportes, etc.
2.º A pronta e inequívoca resposta do Movimento das Forças Armadas na defesa intransigente do seu programa que é também o programa do Governo Provisório.
3.º A manutenção, alargamento e reforço da aliança entre o Povo e as Forças Armadas, condição para o prosseguimento da democratização e da descolonização, do Portugal Livre, Próspero e independente.

CAMARADAS!

Por várias vezes a CDAP, seja através de circulares como esta, seja em reuniões e sessões de esclarecimento, tem manifestado a opinião, de que para que a democracia prossiga no nosso País, é fundamental mantermos a unidade das Forças Armadas e a aliança das Forças Armadas com o Povo Trabalhador e as forças Democráticas. Tem sido afirmado também que para manter a unidade das Forças Armadas em torno do Programa do MFA são necessárias algumas condições fundamentais como sejam:

a) Unidade efectiva de todos os Oficiais, Sargentos e Praças da Marinha, do Exército e da Força Aérea, em torno do Programa do Movimento das Forças Armadas.
b) Um alto sentido de disciplina entre Oficiais, Sargentos e Praças dos Três Ramos das Forças Armadas.
c) Forte eficiência operativa.
d) Associativismo de todos os Oficiais, Sargentos e Praças com base no Programa do Movimento das Forças Armadas.

A pronta resposta que o nosso Movimento (MFA) deu às forças reaccionárias são a prova real, de que a vitória não teria sido possível sem um forte sentido de unidade, disciplina, eficiência e organização.

Estamos pois de parabéns, e a reacção não há-de passar. Se estivermos atentos e vigilantes contra todas as manobras reaccionárias dentro das nossas unidades; Se dermos cada vez maior representatividade às nossas comissões (CBE's e CDAP) para tratar dos nossos problemas de aumentos, alimentação, alojamentos, etc.

A terminar a CDAP afirma que se não deixarmos quebrar a unidade, a disciplina, a eficiência, a organização, podemos garantir que o fascismo não mais virá pôr os pés na nossa Terra, e olharmos com confiança O PORTUGAL DO FUTURO;

CIRCULAR N.º 7

De: CDAP (Comissão Dinamizadora do Associativismo de Praças)
Para: Praças da Armada

TODOS
NAS UNIDADES
NO DOMINGO

CAMARADAS!

O que se passou no último fim de semana tem para nós um significado especial. As manobras que as forças da reacção e do fascismo planearam, para lançar o *Golpe de Estado* com vista a pôr por terra, as conquistas Democráticas iniciadas no 25 de Abril, representavam para nós o regresso ao terror, o fuzilamento para todos os Anti-Fascistas, a miséria e a opressão para o Povo Português.

A imediata vigilância do Povo Trabalhador, a resposta pronta dada pelo MFA (o nosso Movimento), esmagou a conspiração contra-revolucionária. Com a acção rápida e eficiente de todos (Oficiais, Sargentos e Praças), foi ganha mais uma batalha decisiva pela Democracia . . . mas, não foi ganha a guerra. Impõe-se que todos, quer sejam Oficiais e Sargentos, quer sejam Praças, tenham presente que é necessário *manter a vigilância;* é fundamental *estarmos unidos;* é imperioso dizermos ao País, ao Povo (de que fazemos parte), que pode contar com as Forças Armadas; é fundamental *manter a aliança entre o Povo e as Forças Armadas,* condição indispensável para a construção do Portugal Livre e Democrático.

O nosso Primeiro Ministro (Brigadeiro Vasco Gonçalves), lançou através da Televisão um apelo, para que todos os Portugueses fizessem do próximo *Domingo dia 6, um dia de trabalho para o País,* um dia de trabalho pela Democracia, um dia em que manifestamos a nossa vontade de tudo fazer para que a ditadura fascista não regresse.

A CDAP (Comissão Dinamizadora do Associativismo de Praças), certa de interpretar os sentimentos democráticos de todas as Praças da Armada, convoca todos os Camaradas *que sejam voluntários,* a permanecerem nas Unidades, e a realizarem sessões de esclarecimento às 15,00 horas. Façamos do próximo Domingo um dia de vitória contra a reacção, um dia de vitória pela Democracia.

Se *ontem éramos obrigados* a permanecer meses a fio numa guerra injusta, *hoje somos voluntários* a permanecer nas Unidades neste Domingo, para mostrarmos o nosso contentamento pela derrota que impusemos à reacção e ao fascismo.

VIVA O MFA; VIVA O NOVO PRESIDENTE DA REPUBLICA; VIVA O PRIMEIRO MINISTRO E O GOVERNO PROVISÓRIO!

VIVA A ALIANÇA ENTRE O POVO E AS FORÇAS ARMADAS!

SOCIÓLOGO BRASILEIRO

Houve oportunidade de um encontro no IAEDN com o sociólogo brasileiro Paulo Freire e alguns oficiais da Comissão Coordenadora e da 5.ª Divisão/EMGFA. Autor de um conhecido método de alfabetização revela-se do maior interesse a divulgação da sua experiência em ordem à consolidação do processo democrático em curso.

ESPECTÁCULO
DA ORQUESTRA POPULAR
DA RÁDIO E TV
DE MOSCOVO

Realizou-se no passado dia 25 de Setembro um espectáculo oferecido ao Movimento das Forças Armadas, em que se exibiu a 1.ª Orquestra Popular da Rádio e Televisão de Moscovo.

Foi um espectáculo lindo, vibrantemente aplaudido pelos militares e suas famílias que encheram a sala.

Começou e terminou com a Grândola Vila Morena, mais uma vez confirmada com o hino da Revolução do 25 de Abril.

Promenor importante é que extra programa foram cantadas e tocadas várias músicas populares Portuguesas.

EQUIPAS
ITENERANTES

Logo após o 28 de Setembro e no sentido de intensificar a missão de esclarecimento e informação dos camaradas de todas as Regiões Militares, enviou o COPCON a sua equipa de ligação que, deslocando-se num helicóptero da FAP, pode no mais curto espaço de tempo e quase sobre o acontecimento, contactar e por ordem, a Região Militar de Évora (uma sessão no QG e outra no CTA), a Região Militar de Tomar (uma sessão no QG), a Região Militar do Porto (uma sessão no QG em que participou o Departamento Marítimo do Norte e outro no RI 13) e a Região Militar de Coimbra (uma sessão no QG).

Os temas abordados nestas sessões, com a duração aproximada de 4 horas foram os seguintes:

— Causas remotas e próximas do 28 de Setembro;
— Análise da crise do 28 de Setembro;
— Fomento da coesão das FA;
— Debate informal sobre pontos de dúvida.

Um dos assuntos mais focados na generalidade, foi a necessidade permanente de esclarecimento e informação através de equipas que em tempo oportuno levam a todas as unidades, mesmo as mais apartadas, a explicação dos factos que ocorrem junto dos centros de decisão evitando assim a formação do boato e permitindo a integração de todos os militares do processo em curso.

Esta acção já de há muito planeada, no âmbito do EMGFA, só agora foi possível lançar com o advento do 28 de Setembro.

O POVO EM LUTA...

"Soaram as vozes do arruído pela cidade, ouvindo todos bradar que matavam o Mestre. E assim . . . se moveram todos para onde lhes diziam que se fazia isto, para lhes darem vida e livrá-lo da morte . . . A gente começou a juntar-se e era tanta que era estranha cousa de ver. Não cabiam pelas ruas principais e atravessavam lugares escuros, desejando cada um ser o primeiro."

Um tarroeiro à porta da Sala do Conselho onde se atardava a decisão sai de entre o povo e pondo a mão na espada, clama para dentro: "Vós outros que estais assim fazendo? Quereis vós aceitar o que vos dizem? Ou dizei que não quereis, porque eu nesta cousa não aventurei mais do que este pescoço e quem isto não aceitar é preciso que pague pelo seu antes que daí saia". E todos os que lá estavam do povo unido disseram aquela mesma razão.

Era maravilha de ver que tanto esforço dava Deus neles e tanta cobardia nos outros que os castelos que os antigos reis, cercando-os por longo tempo não podiam tomar, os povos miúdos mal armados e sem capitão com os ventres ao Sol antes do meio-dia os tomavam à força . . . levantando voz com pendões pela vila bredando todos e dizendo: Portugal! Portugal! Pelo Mestre de Avis!

Em redor de Lisboa . . . quando davam ao sino logo os muros eram cheios . . . e não somente os que pertenciam em cada lugar para defesa, mas ainda as outras gentes da cidade, ouvindo repicar na Sé e nas outras torres, avivam-se os corações deles, e os mesteirais, dando folga a seus ofícios, logo todos com armas corriam . . .

Fernão Lopes:
Crónica de D. João I

A maioria do povo estava com D. António, porque regeitava a ideia de um soberano espanhol. A plebe impaciente calava com brados os que se opunham e em ondas impetuosas assoberbava com o vulto e com imprecações, ultrages e gritos de morte os que insistiam em a conter e reprimir.

Colhendo a ocasião propícia, António Baracho, mecânico de Vila Franca atou o lenço na espada nua e, sobrepujando a celeuma de tantas vozes irritadas, bredou em fúria destemida: Real, real, por D. António, rei de Portugal!... a multidão seguiu cegamente convertendo as aclamações em rugidos.

Sendo aclamado pelos bandos da plebe, por magotes do povo e pelos capitães e milícias dos arrabaldes . . . os nobres esquivaram-se . . . os magistrados retiraram-se . . . os vareadores, à excepção de um, todos desapareceram . . . os soldados com as armas arrancadas corriam pelas ruas, victoriando D. António e pedindo a cabeça dos contrários; e o povo estimulado pela tropa arremeteu contra as casas dos parciais dos castelhanos.

O ódio dos povos, mais eficaz que a inútil vanglória dos que se prezavam de cavaleiros, tinha intentado molestar as tropas castelhanas, na jornada de Montemor para Setúbal, aproveitando todos os ensejos.

Vendo entrar feridos e desbaratados os homens que se atreviam a pelejar com os castelhanos . . . buscou o auxílio da plebe desenfreada . . . do baixo clero . . . via-os com prazer feitos sargentos e capitães à testa da gente recrutada para a resistência.

Poucos desertaram das fileiras do pretensor, e as terras e as vilas que o haviam aclamado não suspenderam os socorros de gente que enviavam no seu campo.

A fortuna, sempre fiel à ambição de Filipe II pareceu duvidosa por um instante . . . na muito brava batalha de Alcântara.

D. António . . . viu-se quase só nos braços do povo . . .

Rebello da Silva:
História de Portugal

Os anos que precederam 1640 registam as revoltas citadinas de Lisboa, Porto, Vila Real, conduzidos por artesões, estivadores e operários e as revoltas camponesas do Algarve e Alentejo, que obrigaram os espanhóis a deslocar milhares de homens para as sufocar.

Tal como em 1580, os portugueses de 1640 estavam longe de unidos. Se as classes inferiores conservavam intacta a fé nacionalista e aderiram ao Duque de Bragança sem sombra de dúvida, já a nobreza hesitou e só parte dela alinhou firmemente. Nas ruas . . . o apoio popular foi imediato às notícias de revolta. A mobilização popular traduziu-se na formosa de Terços de Ordenança, destinados a guarnecer Lisboa e que fizeram abortar a conspiração da nobreza pró-espanhol em 1641.

Nas Cortes de Janeiro de 1641 . . . a Nação pelos seus representantes . . . ofereceu-se voluntariamente para arcar com o peso dos impostos . . . propôs-se um novo sistema de recenseamento militar de cuja execução resultou um verdadeiro regime de "nação em armas". Alistavam-se todos os homens validos dos 15 aos 70 anos . . . Em cada comarca era formado um "terço de auxiliares" para defesa dos próprios lares e terras.

Em Elvas, como já sucedeu noutras terras, Matias de Albuquerque encontrou a população disposta a empenhar as vidas na liberdade da Pátria e a sacrificar as fazendas à defesa da cidade.

Damião Peres e outros:
História de Barcelos

INVASÕES FRANCESAS

A Corte Portuguesa nem pensou em se opor às tropas francesas, ordenando mesmo que os invasores fossem bem recebidos e não se lhes opusesse qualquer resistência . . . O exército português foi dissolvido.

Em contrapartida, a resistência popular começou desde logo organizando-se guerrilhas contra o invasor francês. Em Júnho de 1808 estabeleceu-se uma Junta Provisória Governativa no Porto . . . a revolução alastrou por toda a parte . . . em muitas terras constituíram-se juntas de administração local.

Oliveira Marques:
História de Portugal

PERÍODO DAS REVOLTAS LIBERAIS

— A participação do povo da capital salientou-se em muitos momentos críticos da revolução liberal: na Martinhada em 1820; na resistência oposta ao golpe de Vilafrancada em 1823; nas manifestações de rua em 1826; na formação das milícias de voluntários constituídas no mesmo ano para combater as invasões absolutistas que irrompiam até Espanha; através das muitas tentativas de revolta fomentadas durante o período de terror absolutista.

— Na Terceira no início da Guerra Civil (1830) os liberais constituem um batalhão académico e um batalhão popular além de mais dois regimentos de voluntários. No Porto praticamente toda a população masculina maior de 17 anos se incorporou em batalhões de voluntários.

Os liberais armaram milícias urbanas . . . os miguelistas recorreram às milícias rurais.

— Enquanto as manifestações populares prosseguiam através das ruas da capital (Set. 1837), os chefes do movimento procederam à mobilização das forças militares e da Guarda Nacional, cujos oficiais eram eleitos pelos batalhões. Toques a rebate atraíram aos quartéis grande número de soldados, ao mesmo tempo que muitos populares se ofereciam como voluntários e neles se armavam conduzidos e chefiados por sargentos. Forças militares e povo, concentrados no Campo de Ourique decidiram não se dispersar antes que a queda do governo fosse definitivamente anunciada.

A Guarda Nacional transformara-se num elemento decisivo. Era a força da causa democrática. Os seus soldados e sargentos identificavam-se com as mais radicais aspirações de vontade popular. Os corpos de voluntários e as milícias do Arsenal eram a expressão do povo em armas . . . consideravam-se "cidadãos soldados".

— O movimento popular (1846) iniciou-se no Minho e ficou conhecido como Maria da Fonte e os seus partidários por patuleias . . . só foi vencido pela intervenção estrangeira de tropas espanholas e da esquadra inglesa a pedido da rainha D. Maria II pressionada pelos burgueses apavorados.

Oliveira Martins
Victor de Sá
J. de Carvalho

REPÚBLICA
5 de Outubro de 1910

Aos civis se deve principalmente a força de fé indomável que foi o segredo da vitória. Estiveram na Retunda ao lado de Machado dos Santos, e em Alcântara investindo contra as forças da monarquia. Entrincheiraram-se no Quartel de Marinheiros e suportaram o ataque de força que guarnecia o Palácio das Necessidades. Um grupo de civis denodamente acompanhou o Tenente Tito de Morais quando este tomou conta do *S. Rafael*. Com o Ten. Carlos de Maia foram os civis que tomaram de assalto o *D. Carlos*. Na madrugada da vitória foram grupos de populares que desmoralizaram e dispersaram as forças fieis à monarquia que se encontravam ainda no Rossio. Foram os populares que se encarregaram do arriscado serviço de comunicações durante a fase crítica de luta e dando uma contribuição inapreciável para que ele se realizasse com êxito. Inúmeros casos poderiam citar-se para testemunhar o heroísmo dos civis durante a revolução, expondo-se às balas com uma coragem que tocava as raias da loucura.

Foram eles os obreiros obscuros da revolução. Como prémio do seu esforço e dedicação apenas quiseram a orgulhosa consolação de terem sido, em toda a parte, os primeiros a correr os riscos do combate.

Jorge de Abreu:
A Revolução Portuguesa

REACÇÃO MONÁRQUICA (1919)

Em Lisboa . . . o governo lança um apelo público chamando às armas para defesa da República, os civis que voluntariamente quizessem combater . . . numerosos voluntários receberam instruções no Campo Pequeno e outro tanto ocorria no Depósito de Adidos relativamente aos que eram estudantes.

De fileiras cerradas os batalhões de voluntários subiram a Avenida da Liberdade escalaram a Serra do Monsanto sob o comando do Primeiro-Tenente Cerqueira para esmagar a última revolta monárquica.

Damião Peres:
História de Portugal

DISCIPLINA E HIERARQUIA

Cont. da pág 1.

por cada militar e por cada português para que haja coincidência entre a hierarquia da competência e a hierarquia formal faz também parte dessas conquistas e a sua consolidação estará em cada atitude coerente com tal propósito.

O mau uso (ou abuso) da autoridade que advêm duma falsa posição hierárquica adquirida acidentalmente e/ou por rotina num deficiente processo de classificação de valores foi possível no regime fascista derrubado. Essa anomalia não pode vingar numa sociedade verdadeiramente democrática. Destrói a autonomia criadora e empreendedora dos cidadãos. Tornando estes submissos e dependentes da vontade dos seus superiores hierárquicos sujeita-se a maioria à vontade de poucos, despojando qualquer colectividade da sua mais livre e autêntica expressão comum.

As Forças Armadas portuguesas conseguiram realizar o 25 de Abril animadas por um objectivo próximo — derrubar o fascismo — sujeitando-se cada militar a uma verdadeira hierarquia de competência técnica e com uma disciplina exemplar.

A ordem democrática a instaurar após o 25 de Abril — objectivo seguinte das Forças Armadas — exige mais do que nunca uma forte disciplina. Negar esta necessidade é favorecer os reaccionários, é irresponsável exposição aos inimigos da democracia. Permite a diversão e até permite a ardilosa exploração dos que nunca entenderam, nem entenderão o Movimento. Atacam-no, saudosistas duma falsa ordem aparente à custa duma disciplina coersiva ou preguiçosos e incapazes para uma colaboração na construção duma ordem real nem sempre visível.

Identificados com os verdadeiros interesses do Povo Português a que pertencem e em condições de o defender em qualquer ocasião os militares precisam de cuidar cada vez mais duma sólida formação pessoal que os conduza ao mútuo respeito pelas actividades e funções de cada um na ordem democrática. Esta consolida-se e tornar-se-á tanto mais irreversível quanto mais uma disciplina consciente, livremente aceite e compreendida entre os militares, reconduza a autoridade e consequentemente as hierarquias ao lugar que devem ter no processo revolucionário em que Forças Armadas e Povo Português estão empenhados.

Nós, o Povo . . .

Cont. da pág 1

os diminuídos das guerras de África? Serão fascistas, os heróis das guerras de África?Ou serão os filhos dos camponeses? E dos operários? E dos pescadores? E de todo o povo português?

E quando os fascistas pretendem justificar a continuação da guerra, da opressão dos povos colonizados, em nome dos sacrifícios do nosso povo, que objectivos os movem?

Que fique claramente compreendido. Os mortos da guerra são os nossos mortos. Os diminuídos da guerra são os nossos diminuídos. São vítimas do fascismo. Estão connosco. Estarão sempre connosco. Estaremos sempre com eles. E, no Portugal que vamos construir, o que o nosso povo com o seu sacrifício nos indicou, não há lugar para a opressão. Para a mentira. Para que se morra na defesa de interesses que não sejam os do povo português. Não o permitiremos. Decididamente. Pelo respeito que nos merecem os nossos mortos. Pela solidariedade e fraternidade e responsabilidade pelos nossos diminuídos. Pela solidariedade e fraternidade e responsabilidade que sentimos pelos povos amigos de África.

Porque dizemos não ao fascimo.
Porque somos nós, o Povo.

O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS E A

I

ORIGENS DO MFA

As razões que originaram o MFA de 25 de Abril vêm de longa data, melhor dizendo, desde, praticamente, o 28 de Maio de 1926 quando, e ao contrário do que agora se verificou, o Exército derrubou um regime democrático e instaurou uma ditadura militar, a qual, veio a perder gradualmente esta característica para se transformar numa ditadura económica, apoiada nas mais altas hierarquias militares. Tal ditadura, chamada fascista por se assemelhar ao regime político da Itália, anterior à guerra de 39-45, prolongou-se por 48 anos, durante os quais o povo português sofreu os efeitos de um regime que apenas beneficiou uma meia-dúzia de privilegiados à custa das privações impostas à esmagagadora maioria dos portugueses.

Efectivamente, assistimos, por um lado, ao desenvolvimento extraordinário de alguns grupos financeiros que manobravam umas tantas empresas, todos eles mais ou menos ligados ao grande capital; por outro lado assistimos ao empobrecimento da maioria dos Portugueses que, cada vez com maiores dificuldades, mal podiam fazer face ao constante aumento do custo de vida, agravado pela permanente criação de outras necessidades que, embora não de primeira ordem, vinham, logicamente, absorver os magros proventos da maioria da população. Na verdade, não foi só o aumento do custo do pão, do peixe, da carne, do leite, que veio a desequilibrar o fraco orçamento dos portugueses; foi, também o aparecimento de outros bens que, naturalmente, todos queriam ter, como seja o carro, o frigorífico, a televisão, etc.

Naturalmente, este estado de coisas teve de ser cuidadosamente acautelado e preservado pelo governo agora derrubado da legítima revolta do povo. Para tal, a ditadura fascista impôs a censura a todos os meios e órgãos de informação; orientou todos os meios de formação segundo a forma que melhor servia os seus interesses; e, embora apoiado nas altas hierarquias militares, como de facto, receasse as Forças Armadas, porque afinal estas são o povo, procurou, por todos os meios e formas, dissociar os militares dos civis, desprestigiando aqueles aos olhos destes e atingindo, muito principalmente, os militares dos quadros permanentes. E, para suprir as Forças Armadas em qualquer perturbação pública que ocorresse, criou e desenvolveu poderosamente várias forças militarizadas, como a Legião Portuguesa, a G. N. R. e a própria P. S. P.

Este estado de coisas acentuou-se e agravou-se quando rebentou a guerra em Africa, guerra esta, aliás, que mais não foi do que uma consequência da política cega, teimosa e injusta do regime ditatorial, que a consentiu apenas para garantir as fontes de rendimento imenso que os referidos grupos financeiros obtinham nos territórios ultramarinos.

A guerra rebentou porque, afinal, o povo angolano, o povo moçambicano e o povo guineense estava, tal como o povo metropolitano, explorado e empobrecido pelo governo que, tanto em Africa como na Metrópole praticava a mesma política vergonhosa.

O espírito e cegueira ditatorial do Professor Salazar não lhe permitiu compreender que, com o fim da última guerra, findava o colonialismo e que todos os povos tinham o direito à independência ou, no mínimo, de escolherem, eles próprios, o seu futuro regime. Salazar, teimosamente, pretendeu manter os nossos territórios africanos a todo o custo, alheando-se por completo do que se passava em toda a Africa e Asia de onde os europeus saíam ou airosamente, ou pela força.

Salazar, ignorando o processo de descolonização que se praticava em quase todo o mundo, permitiu que a guerra rebentasse em Angola, depois na Guinè e logo a seguir em Moçambique, mau grado a triste experiência da India, cuja luta se iniciara mais cedo e mais cedo também atingira o seu fim com a expulsão vergonhosa dos portugueses.

Ao deflagrar a guerra em Angola, as Forças Armadas, e particularmente o Exército, viam-se numa situação extremamente difícil e ingrata. Por um lado, discordavam da política governamental que tinha permitido essa guerra; por outro lado, não podiam ficar impassíveis perante os morticínios que essa guerra estava a provocar. E nessa altura, um único caminho se lhes deparava: o tentar, por todos os meios, reduzir ou anular essa guerra.

O Exército, foi, então, para Africa, tentando impor a paz, dando tempo a que o governo encontrasse e obtivesse uma solução política para a guerra; porém o governo não quis essa solução; quis, sim, que as Forças Armadas aguentassem o mais possível os territórios ultramarinos, para deles explorar, a toda a pressa, tudo quanto os mesmos pudessem dar, para benefício dos grupos financeiros que continuavam a deter toda a riqueza do país. E nem a queda da India, em Dezembro de 61, conseguiu dissuadir o governo dos seus propósitos que, com o maior descaramento, responsabilizou os militares da sua perda.

Passaram-se, assim, treze longos anos, durante os quais o Exército se consumiu, a Nação se esgotou e os mortos, feridos e estropiados, de ambos os lados, se contaram aos milhares.

E, afinal, quem beneficiou com a guerra? Os mutilados? Os estudantes que tiveram de interromper os seus cursos? Os trabalhadores que tiveram de largar os seus trabalhos? Os empregados que se viram obrigados a desempregarem-se? Os militares do quadro permanente que passavam dois anos em Africa, um ano na Metrópole, depois outros dois em Africa, numa sucessão de comissões interminável? Os africanos? Não! Quem beneficiava com a guerra eram os mesmos grupos financeiros que na Metrópole exploravam o povo e que, comodamente instalados em Lisboa, no Porto ou no estrangeiro, obrigavam, através dum governo venal, os portugueses a combater em Africa para defesa dos seus imensos rendimentos.

Muito embora o governo tentasse, a todo o custo, justificar a guerra, o facto é que, ao Povo, cada vez mais lhe era difícil a sua aceitação e compreensão; o Povo apenas via partir os seus filhos para Angola, para Moçambique, para a Guinè, sabia-os mortos, via-os inutilizados ou, quando regressavam, via-os traumatizados e desajustados, muitos com os seus lares desfeitos. E que beneficiava o Povo de todos esses sacrifícios? Que vantagem directa trazia para o Povo o petróleo de Cabinda, o chá de Moçambique, os diamantes da Lunda, o café de Angola?

Parece bem que a resposta mais concludente a esta pergunta, é dada pelos dois milhões de portugueses que tiveram de procurar em França, na Alemanha, lá fora, aquilo que Portugal lhes negava.

É evidente que este estado de coisas era sentido, perfeitamente, pelos Oficiais do quadro, constantemente, eles próprios, mobilizados para Africa, numa sucessão de comissões a todos os títulos prejudiciais para a maioria.

Os Oficiais estiveram sempre cientes da situação gravíssima do País, da probeza do seu Povo, porque afinal eles são o Povo, também; os seus pais são do Povo, bem como as suas mulheres, os seus irmãos, os seus amigos. E a prova de que os Oficiais sentiam a situação, foi a malograda tentativa de golpe de estado de Abril de 61 e de Beja, no fim desse mesmo ano, ou seja, logo após o início da guerra em Angola.

Simplesmente, o sistema repressivo que o governo montara e consolidara ao longo de quase meio século, era uma máquina poderosa e extremamente difícil de iludir e neutralizar. Os Oficiais, particularmente os mais jovens, Capitães e Majores, tinham, por um lado, a sua possível actuação política constantemente vigiada e limitada pelas altas hierarquias militares; por outro lado, as constantes transferências a que estavam sujeitos, prejudicavam as suas ligações, contactos e apoio dos camaradas. Mas o mais perigoso era o facto de, no próprio Exército, haver agentes e informadores da PIDE, naturalmente sempre bem atentos a todos e quaisquer indícios denunciadores de qualquer tentativa de revolta. E, para além disto, há, custe embora referi-lo, sempre um traidor, ou um sabujo que, no último momento, pode deitar tudo a perder.

Em 29 de Junho de 1973, foi promulgado o Decreto-Lei n.º 353/73 que facilitava o ingresso no Quadro Permanente aos Oficiais do Quadro de Complemento, os milicianos portanto, através de cursos intensivos na Academia Militar cuja duração se restringia a dois semestres lectivos seguidos de seis meses de serviço nas escolas práticas.

A estes Oficiais ser-lhes-ia contado o tempo de serviço prestado como milicianos o que, automaticamente, implicava passarem à frente de centenas de oficiais que haviam ingressado na Academia Militar em idade própria, aos vinte anos, e preteri-los nas suas promoções.

Assim, o Decreto-Lei n.º 353/73 vinha, por um lado, desprestigiar completamente o nível escolar da Academia Militar, aliás já por si bastante baixo, e, por outro lado, afectava directa e imediatamente, a grande maioria dos Capitães e Majores, ou seja, dos oficiais do Exército, os mais jovens.

Estava obtido o tão necessário motivo agregador.

Perante a imediata reacção destes oficiais, o governo deu como que um passo atrás e promulgou o Decreto-Lei n.º 409/73, de 20 de Agosto, em que alterava apenas a integração dos oficiais (ex-milicianos) nas escalas de antiguidade; esta alteração traduzia-se em que os oficiais em causa ficariam, na hipótese mais provável, imediatamente à retaguarda do Capitão mais antigo.

Isto significava que os problemas de fundo subsistiam, ou seja, o nível da Academia Militar seria seriamente afectado e, para os Capitães, mantinha-se a certeza de serem ultrapassados por um significativo número de oficiais oriundos do quadro de complemento, o que comprometeria as suas promoções.

Hor outro lado, havia a consciência nítida de que a situação dos próprios oficiais ex-milicianos, era injusta, na medida em que muitos deles, mais concretamente um conjunto de Capitães admitidos na Academia Militar em 1964, havia sido vítima de diplomas que consignavam direitos que depois lhes foram negados.

Era por demais evidente que, afinal, o problema se não resumia a uma questão de cursos da Academia Militar nem de colocações em escalas de antiguidade, mas sim, era o reflexo de um governo desonesto, ditatorial, fascista, que começava a evidenciar a sua incapacidade de resolver as questões mais elementares.

Porém, este problema foi sentido pelos oficiais mais jovens, já que o mesmo, nas suas formas mais sensíveis, os afectava pessoalmente. Os oficiais mais idosos, de patente mais alta, esses não o sentiram com a mesma intensidade, embora, muitos deles, os mais conscientes e capazes, compreendessem igualmente que tudo não passava de reflexos dum governo incapaz.

Daqui, o facto de o movimento de oficiais que se gerou, englobar, na sua maioria, Capitães e ter passado a ser conhecido, mais tarde, pelo Movimento dos Capitães.

Na tentativa de solucionar os problemas suscitados por tal estado de coisas, os capitães do Quadro Permanente e como consequência de reuniões realizadas, constituiram a sua comissão, o mesmo sucedendo com os capitães do Quadro de Complemento. Surgiram assim duas comissões distintas que passaram imediatamente à acção e que decidiram expor os seus problemas aos Generais Costa Gomes e A. De Spninola. Destes, receberam essas comissões, o conselho de tentarem uma união num trabalho de conjunto. Essa união aconteceu realmente. O Movimento sai assim mais enriquecido e com mais força actuante.

Estes oficiais, uma vez consciencializados da natureza verdadeira e profunda do problema, acordaram em constituir um pequeno núcleo de oficiais, uma comissão central, constituída por elementos de ambos os quadros, que se incumbia de estudar, planear e preparar um golpe militar e, imediatamente, tomar todo um conjunto de medidas de natureza política, económica e social que evitassem uma deterioração da situação proveniente duma mudança radical de regimes.

Essa comissão central, evidentemente, teve de ser restringida ao menor número possível de oficiais, pois que o sigilo do trabalho a realizar só poderia ser mantido se o mesmo fosse confiado a um pequeno número de indivíduos.

Efectivamente, o perigo que representava a PIDE-DGS, a denúncia eventual por parte de qualquer alta patente, enfim, toda a máquina repressiva do estado fascista, era real, permanente e tinha provado a sua eficácia ao fazer abortar todas as anteriores tentativas de golpes de estado ou de revoluções, como a da Madeira, da Mealhada, de Beja, etc.

Entretanto, ao núcleo inicial de Capitães e alguns Majores, foram-se congregando oficiais do Exército de patente mais elevada e dos outros ramos das Forças Armadas.

Foi das reuniões de oficiais que se realizaram em Bissau, em Évora, Obidos, Cascais, etc., que nasceu o Movimento das Forças Armadas.

E, quando em 5 de Março de 1974, se conseguiu a união dos Oficiais do Quadro Permanente com os oriundos do Quadro de Complemento, ficaram lançadas as bases que conduziriam ao golpe de Estado, agora profundamente reforçadas pela coesão íntima desses dois grupos de oficiais.

E essa coesão foi de tal modo significativa e decisiva, que, no curto espaço de um mês, toda a estratégia e planos de acção foram elaborados, as tarefas distribuídas e os preparativos ultimados. Dentro do plano geral do Movimento das Forças Armadas, situa-se já o Movimento de 16 de Março do R. I. 5 das Caldas da Rainha que, ao contrário do que, ao seu tempo, foi tido como iniciativa individual de um grupo de oficiais mais exaltados, foi antes uma execução pronta e rápida da missão que cabia a essa unidade dentro do plano de acções que o Movimento das Forças Armadas traçara. Essa tomada de posição pronta saiu, no entanto, gorada, pois foi imediatamente constatado pela referida unidade que dificilmente poderia alcançar os objectivos desejados, sem evitar derramamento de sangue, condição em que esses oficiais tinham empenhado a sua palavra. As consequências desta malograda tentativa foram grandes não só pelo importante papel desse dia no alertamento da opinião pública Nacional e até es-

LUTA PELA LIBERTAÇÃO DO POVO PORTUGUÊS

trangeira, mas também pelo magnífico teste que constituiu e que possibilitou o aperfeiçoamento técnico das operações posteriores. É de salientar que a saída de um punhado de soldados bastou para que o Governo se dirigisse imediatamente a Monsanto onde, helicópteros aguardavam ordens para os transportar para Espanha.

Perante a constatação de tal fraqueza, o golpe decisivo não se fez esperar muito e volvido pouco mais de um mês, amanheceu o glorioso e libertador 25 de Abril, em que os blindados e os soldados armados, longe de assustar e intimidar, provocaram a alegria esfusiante e comovente de milhares de Portugueses que se fundiram imediatamente com as Forças Armadas para assim poderem também comparticipar nessa memorável jornada.

II

O 25 DE ABRIL

Dizer o que foi o 25 de Abril, é tarefa não só demasiado ambiciosa, como também quase desnecessária. Todas as palavras seriam supérfulas para os Portugueses que, sinceramente, viveram esse dia. Para os outros que, efectivamente o não sentiram ou que não estiveram com ele, e que teimosamente o não querem entender, também não haverá palavras que os demovam.

Por outro lado, nunca é demais repetir e é irreputável que o êxito da operação 25 de Abril se ficou devendo, em grande parte, ao comportamento da população civil, à sua adesão e consequente apoio incondicional ao MFA. É lícito, pois responsabilizar tal sucesso à união extraordinária do Povo com as F. A. E porque aderiu o povo ao MFA? Que motivos levaram os portugueses a fazerem, seu, o ideário dos oficiais das F. A.?

Uma certeza animava os espíritos portugueses: era urgente exterminar um regime ditatorial fascista, que durante 48 anos massacrara impunemente os Portugueses e perante o facto que foi o Golpe de Estado, o povo preferiu a incerteza de um regime ainda mal definido e sujeito a altos e baixos, a continuar a viver na paz enganosa e podre que o regime anterior oferecia. Essa prova máxima concretizou-se na gloriosa jornada do 1.º de Maio, em que largos milhares de pessoas, gozando de uma liberdade ainda em embrião e que muitos julgavam de prática impossível, conseguiram pela primeira vez, transformar um dia, tradicionalmente caracterizado por prisões e tiros, na maravilhosa festa que nenhum português de boa fé poderá jamais esquecer.

Sem dúvida que foi grato às F. A. constatar os muitos testemunhos populares de adesão sincera e cedo o binómio FA — Povo constituiu um todo que começou a assustar a facção reaccionária e fascista que imediatamente pôs mãos à obra destruidora desse maravilhoso conjunto. E não demorou a aperceber-se de que a causa evidente do sucesso que foi o 25 de Abril residia na união do povo com as FA. Por isso, a única estratégia que poderia fazer voltar "os bons velhos tempos" do fascismo, seria atingir o processo revolucionário, no seu ponto fulcral. Impunha-se, pois, tentar de qualquer modo provocar a cisão entre o Povo e as FA e simultaneamente dividir as próprias FA.

III

TENTATIVAS DE DISSOLUÇÃO DO MFA

Neste sentido, muito se fez e enumerar todas as tentativas reaccionárias seria exaustivo. Todavia, todos recordam as manobras do grande capital, que mais não visavam do que obrigar as FA a tomar posição de força contra os trabalhadores, dando assim cumprimento ao primeiro passo do programa traçado ou seja a destruição da união Povo — FA. Por sua vez, certos agentes religiosos também cerraram fileiras e não foi dificil surpreender alguns que, do alto do púlpito, pregavam contra a prática da política, evocando com saudosismo os tempos em que o obscurantismo voluntariamente fomentado procurava manter os portugueses na ignorância absoluta e os afastava de toda e qualquer participação e consciencialização política.

Entretanto, e logo em Maio de 74, numa reunião restrita dos oficiais do MFA, é apresentada a proposta de que o Movimento devia abandonar a cena política e cessar a sua existência. Essa proposta que é apadrinhada por uma pequena facção militar, é imediatamente recusada e a manutenção do MFA é reconhecida indispensável para o bom e fiel cumprimento do seu programa.

Em sequência, há a referir uma importante reunião realizada em 13 de Junho na Manutenção Militar, na qual participaram numerosos elementos do MFA, da Junta de Salvação Nacional, o General A. de Spínola e membros do Governo. No início da reunião, o Ministro da Coordenação Económica, Dr. Vieira de Almeida fez uma análise da situação económica e concluiu que, como o Programa do MFA não previa nem indicava reformas de fundo, era inevitável que, no curto prazo de 60 dias, Portugal estaria mergulhado no caos económico, se não fossem tomadas importantes medidas. Seguidamente, outro membro do Governo, o Dr. Sá Carneiro após ter procedido a uma dissertação sobre política nacional e internacional, concluiu que apenas existiam duas vias de solução: ou se enveredava imediatamente por um Socialismo ou então, se adoptava uma linha de ditadura militar sem perda dos objectivos democráticos a atingir. *Dado o realce posto nesta última via, tudo levou a crer que fosse esta a sua opção.*

Assim equacionado o problema, o General A. de Spínola pôs à consideração das FA duas hipóteses: ou o Movimento lhe conferia confiança absoluta e plenos poderes, ou então pediria a sua demissão imediata.

As alternativas do General A. de Spínola foram ponderadas pelos elementos presentes e deram origem a uma moção elaborada por cerca de quatrocentos oficiais dos três ramos das Forças Armadas, e que a apresentaram como resposta. O conteúdo dessa moção expressava a confiança que o Movimento das Forças Armadas depositava efectivamente no General A. de Spínola, mas por outro lado, manifestava também a sua recusa em consentir que fosse adoptada uma linha política rígida e diferente da anteriormente traçada. Ao longo da reunião foi novamente reafirmado que o General A. de Spínola era a pessoa indicada para ocupar o cargo de Presidente da República enquanto fosse o elemento congregador das diversas tendências no seio das FA., afirmação essa que mereceu os aplausos dos presentes. Após esses aplausos e, sem que todavia, a reunião tivesse chegado a seu termo, o General A. de Spínola, levantou-se, agradeceu e retirou-se, no que foi secundado pelos restantes membros da Junta de Salvação Nacional.

As posições assumidas nesta reunião, não foram mais do que uma nova tentativa de relegar o Movimento para um plano secundário, transferindo para o Governo a força necessária à imposição de uma política mais rígida, que afinal não estava no espírito das Forças Armadas. Da aceitação dessa política resultaria enfraquecimento grave que poderia vir a pôr em risco o cumprimento do Programa do MFA e por fazer perigar o compromisso que os oficiais do 25 de Abril tinham assumido perante o Povo.

IV

A CRISE DO PRIMEIRO GOVERNO

Em Julho de 1974 surge a primeira crise governamental realmente importante, da qual resultou a demissão do Primeiro Ministro, Professor Palma Carlos, e uma remodelação ministerial. Na sequência da crise de Junho foi apresentada ao Conselho de Estado uma proposta cujo conteúdo era a antecipação das eleições para a Presidência da República, uma Carta Constitucional provisória e o alargamento dos poderes do Primeiro Ministro. Esta proposta mereceu o imediato repúdio do MFA por quanto, não só seria absurdo supor o povo apto a votar antes do prazo previsto no Programa, ou seja um ano, e por outro lado, o alargamento de poderes do Primeiro Ministro, nos moldes do regime anterior, viria a colocar no plano secundário, ou mesmo reduzir à inacção, o MFA. Mais uma vez o MFA mostrou intransigente defensor do programa que traçara e do ideário que os conduzira ao 25 de Abril.

O apoio incondicional do Povo, ao Programa, implicava o cumprimento integral do mesmo. As FA estavam a encontrar o seu devido papel na vida da Nação — estavam finalmente a identificar-se com o Povo.

Havia pois, que manter o programa inalterado e que levá-lo a bom termo. Daí a não cedência a toda e qualquer pressão no sentido de desviar o rumo traçado, do que resultou a demissão do Primeiro Ministro e de alguns membros do Governo. É depois nomeado um novo Primeiro Ministro e um outro Governo e é de referir o agrado com que o Povo viu certos militares do MFA ocuparem lugares chave do Governo. Era a certeza de que os objectivos democráticos prometidos seriam alcançados.

As tentativas de agressão e extinção do MFA não cessaram e assim, em Agosto, foram lançados na cidade do Porto, numerosos panfletos que visavam a sua dissolução.

V

A MAIORIA SILENCIOSA

As pressões reaccionárias já referidas continuaram a estender a sua acção perniciosa e acharam bem reforçá-la com vista a um desfecho decisivo que, efectivamente, vem a atingir o seu climax na noite de 27 para 28 de Setembro. Tinha começado a desenhar-se uma forte pressão da extrema direita, ao mesmo tempo que certos órgãos da imprensa, nomeadamente alguns regionais, saem da timidez inicial e aparecem a criticar aberta e frontalmente o Movimento e o seu programa. Por outro lado, o mundo capitalista dá o devido apoio, através do não investimento e do corte dos créditos às Pequenas e Médias Empresas (PME). Esta panorâmica conduzia logicamente à ideia de que algo de concreto se tecia nos bastidores da reacção, do que resultou por parte das FA uma vigilância mais atenta a todas as manobras pouco claras e susceptíveis de provocarem dúvidas.

Paralelamente, círculos afectos à alta finança e à extrema direita, frequentadores de certos clubes luxuosos, iniciaram uma campanha orquestrada de boatos, todos eles procurando atingir os partidos da Esquerda, especialmente o Partido Comunista Português. É de realçar o boato de que estavam a entrar armas em Portugal, destinadas ao referido partido, quando a verdade é que essas armas efectivamente entravam, mas com destino à reacção fascista, conforme o COPCON veio a descobrir. Ainda relacionado com o boato da entrada das armas no País, julga-se importante referir a notícia publicada no *Daily Telegraph* de 13 de Julho de 1974 e transcrita sucessivamente pela *Tribuna Popular* de 27 de julho de 1974, por *O Cávado* e pelo *Notícias de Fafe*, que expressamente afirmava que os comunistas estavam a ser armados com material bélico introduzido no País, por terra e por mar, com vista a uma revolução armada.

Outros boatos, de carácter nitidamente anti-comunista, foram postos a circular pela reacção, como sejam os referentes à não realização das anunciadas eleições de Março de 1975, e ainda os que apregoavam a extinção da propriedade privada, etc.

E foi neste clima que o povo foi desperto por uma série de cartazes, significamente não assinados e que, em nome de uma "maioria silenciosa", se propunham realizar uma manifestação de apoio ao General A. de Spínola e às FA. O primeiro alerta foi dado pela forma como se processava a colagem dos referidos cartazes: quase sempre a horas mortas e com cortejo de carros onde se faziam transportar indivíduos conhecidos como guarda-costas de elementos altamente reaccionários que não só protegiam a operação de colagem, como também, provocava incidentes com o povo que eventualmente protestasse contra o teor dos cartazes. Destes factos tomam consciência os verdadeiros democratas, que imediatamente deduzem tratar-se de uma manobra provocatória, e que denunciam oportunamente através dos órgãos de informação.

Por outro lado, verifica-se, entre os partidos políticos, como que uma divisão de posições: enquanto que alguns partidos da direita, como o Partido Liberal o Partido do Progresso e o Partido Nacionalista apoiavam a manifestação preconizada pelos cartazes, outros, como o Partido Popular Democrático, o Partido Comunista e o Partido Socialista, ou se desvincularam dela ou a condenaram abertamente.

Paralelamente, as FA já alertadas pela situação que, de longe, se vinha desenhando e que atentamente vinham seguindo, não descuraram estas tomadas de posição.

Entretanto a campanha publicitária prosseguiu através de meios que levavam a crer a existência de largos apoios financeiros. Os panfletos continuaram a ser divulgados por caravanas de carros, através das ruas de Lisboa e também por avionetas, que transgredindo as leis da aeronavegação, levaram a cabo idênticas operações em vários pontos do País. Essas transgressões acabaram por levar as Forças Armadas a proibir que tal lançamento de panfletos continuasse a processar-se. Quer os carros utilizados, quer as avionetas foram a seu tempo reconhecidos e os seus donos identificados, pelo que facilmente se descobriu o papel actuante de personalidades reaccionárias bem conhecidas. Ao mesmo tempo, chegam ao conhecimento das Forças Armadas e do COPCON notícias de infiltramento de armas, e de grandes encomendas de armamento, pelo que se tornou urgente o planeamento de uma acção eficaz de desmantelamento da rede fascista. Os incidentes que, posteriormente, se verificaram durante a tourada realizada no Campo Pequeno, e para a qual havia sido convidado o General A. de Spínola, o qual solicitou ao Primeiro Ministro que o acompanhasse e as provocações aí ocorridas, quer durante o espectáculo, quer à saída, confirmaram de uma forma inequívoca, a iminência de um ataque organizado e em força da reacção.

E, efectivamente, tal viria a acontecer se o Povo, em estreita e íntima colaboração com as Forças Armadas e Militarizadas não tivesse cortado o passo à

Cont. na pág. 8

ECONOMIA — POLÍTICA — ECONOMIA — POLÍTICA — ECONOMIA — POLÍTICA — ECONOMIA

Tratar de economia não esquecendo as suas inevitáveis implicações na esfera política é o objectivo desta secção.

Nela serão abordados, de um modo tão rigoroso quanto necessário e tão simples quanto possível, os temas que pela sua actualidade se tornem imprescindíveis para a compreensão dos fenómenos políticos.

Neste boletim vamos adiantar um certo número de parâmetros e dados económicos que visam uma análise tanto quanto possível objectiva da realidade portuguesa até fins de Agosto.

ANÁLISE ECONÓMICA

CONJUNTURA ECONÓMICA

Mantiveram-se as grandes linhas da conjuntura económica nos países da O.C.D.E. Embora haja indícios, por enquanto pouco claros, de uma estabilização dos preços das matérias-primas os recentes acréscimos destes preços geraram graves perturbações da balança de pagamentos falta de liquidez internacional, agravamento da inflação, políticas de redução de importações e aumento de exportações e uma tendência generalizada para a estagnação do crescimento económico. O turismo foi particularmente afectado.

A economia portuguesa, que vamos passar a analisar, moveu-se essencialmente neste terreno pouco favorável.

1) INDÚSTRIA

No campo da produção

A *actividade industrial* em geral manteve um ritmo de crescimento bastante lento, no entanto alguns sectores, como sejam os têxteis (principalmente o ramo de confecções), o calçado, alguns ramos de metalomecânicas sofreram um decréscimo sensível de produção, decréscimo esse provocado pelo abrandamento das trocas internacionais, dificultando a colocação dos nossos produtos externamente; por uma diminuição em primeira fase de procura interna; por aumentos salariais que originaram a falência de empresas deficientemente estruturadas e não competitivas, aliás já condenadas a prazo mais ou menos curto, por dificuldades de abastecimentos em matérias-primas; por deficiente apoio creditício da banca às PME, etc.

O sector da construção civil foi de facto aquele que mais sofreu com a actual conjuntura.

Como era um sector mal estruturado, contendo desde empresas extraordinariamente grandes mas, cronicamente, deficientes financeiramente, paralelamente com empresas de pequena dimensão quase artesanais, também financeiramente deficientes, uma quebra da procura de habitação provocada por uma expectativa de intervenção deliberada do Estado neste sector provocou uma crise do sector. No entanto, medidas de imediato que se espera venham a ser tomadas levarão certamente a um incremento da construção embora, claro, que daqui para um futuro mais ligada para uma construção de tipo social e não a construção de habitações de luxo e escritórios como era habitual.

No inquérito realizado verificou-se que o estado de espírito dos empresários, principalmente ao nível do grande empresário era de expectativa e não propriamente de pessimismo como a tão apregoada falta de confiança poderia fazer crer. Existe pessimismo claro nos meios "empresariais" habituados a viver única e exclusivamente uma situação de extraordinárias facilidades em que os mais pequenos problemas eram resolvidos por intervenções estatais paternalistas ou por cargas de polícias de choque aos primeiros esboços de reivindicação operária.

2) AGRICULTURA

As temperaturas registadas nos últimos tempos, alcançando valores anormais aliadas a uma escassa precipitação prejudicou o desenvolvimento de algumas culturas.

As culturas cerealíferas de sementeiras Outono-Inverno ressentiram-se com as referidas condições alimentares, sobretudo nas regiões do sul do Tejo, especialmente no distrito de Beja.

Apesar dos inconvenientes apontados as cotas de avaliação do estado das culturas pouco diferem das previstas continuando a esperar-se rendimentos por hectares superiores aos registados no ano passado em 17%, 14%, 31% e 37%, respectivamente, para o trigo de Inverno, centeio, aveia e cevada. As áreas ocupadas pelo milho e feijão de sequeiro são inferiores às do ano passado sofrendo apenas a do grão-de-bico um aumento de 22%.

Na cultura do arroz, estima-se um decréscimo da superfície cultivada da ordem dos 11% em relação à do ano passado em consequência da escassez de água de rega armazenada. Dum modo geral, as condições de alimentação dos gados são satisfatórios salvo excepção nas pastagens ao sul do Tejo, cujo desenvolvimento tem sido deficiente por escassez de humidade.

As vinhas apresentam-se, em geral, com bom aspecto prevendo-se uma próxima produção de bom nível.

O estado dos pomares é normal. O estado sanitário dos gados é bom e não foi assinalada qualquer doença, com excepção de alguns focos de peste suína africana, já anteriormente verificados no distrito de Beja.

A cotação dos produtos agrícolas e, especialmente, dos pecuários sofreu alterações no sentido da baixa, resultado de um decréscimo da procura, com relevância para os suínos.

A mão-de-obra agrícola, especializada ou não, continua a ser escassa e de elevado preço.

3) COMÉRCIO

Com o aumento do rendimento disponível por parte das populações, e a situação inflacionária existente, esperava-se uma procura acrescida de bens de consumo duradouros (electrodomésticos em geral); no entanto, salvo no caso dos frigoríficos e automóveis em segunda-mão, a procura manteve-se abaixo do normal, havendo no entanto uma retoma declarada no que se refere a bens de consumo alimentar aonde se começa a verificar uma tendência da população para melhorar o seu nível alimentar. No que se refere a procura de vestuário e calçado embora não esteja dentro dos valores habituais existe também já uma tendência para a recuperação rápida neste campo.

4) TURISMO

Como era de esperar, a crise do Turismo internacional veio repercutir-se internamente, originando uma taxa de ocupação relativamente baixa para esta época do ano nos nossos estabelecimentos hoteleiros. Embora o 25 de Abril, dada a propaganda extraordinariamente negativa que contra nós tem sido feita, principalmente em Espanha, possa ter contribuído para este fenómeno, as suas principais causas são o aumento dos preços do petróleo e concomitantemente os aumentos dos preços dos transportes.

Aliás, o factor revolução com a crise surgida em Chipre atenuou-se pois levou à canalização dos turistas para o Algarve.

5) BANCA

Oa depósitos a prazo têm vindo a aumentar a ritmo bastante lento e os depósitos à ordem têm, de certo modo, vindo a manter-se. A quebra verificada nas transferências dos emigrantes deveu-se principalmente à política praticada pelo sector bancário de não só efectuar uma propaganda negativa junto dos emigrantes como também, à prática de retenção na origem dos depósitos abrindo no país créditos aos familiares dos emigrantes para os quais não houve uma contrapartida e transferência. Este facto, aliado a financiamentos exagerados a empresas dos grupos, à existência de "descobertas" tanto de empresas como de particulares, à introdução de um regime de moratória generalizada e aos empréstimos elevados caucionados por títulos (que os bancos evitam denunciar) estão na origem das faltas de liquidez que estas instituições acusam.

6) NÍVEL DE EMPREGO

De momento na grande maioria dos sectores o volume de emprego encontra-se relativamente estável, não se aguardando melhores dias como também aguentando este período de férias, as quais lógicamente implicaram uma diminuição do ritmo de produção e um encargo que os empresários teriam de manter, nos condicionalismos das leis ainda em vigor. No inquérito efectuado constatou-se que o volume das greves tem sido diminuto e não constitui um dos problemas mais preocupantes para a maioria dos empresários.

No entanto no sector da construção civil, têxteis e alguns ramos de metalomecânicos têm aparecido despedimentos, devidos não só à falência de algumas empresas como também à necessidade de reestruturação de outras e a laborações abaixo do ritmo normal. Os dados estatísticos de que dispõe o SNE são deficientes pelo que não é possível apresentar números concretos; no entanto, podemos fazer um apontamento qualitativo. Assim:

- Houve diminuição das ofertas de emprego, principalmente de emprego indiferenciado;
- Houve aumento dos pedidos de emprego, principalmente emprego indiferenciado;
- Os sectores mais atingidos pelo desemprego foram, construção civil, têxtil, vestuário, calçado, metalúrgica e metalomecânica;
- As regiões mais atingidas foram Porto, Faro, Funchal, Lisboa e Braga.

7) INVESTIMENTO

Ao nível das grandes empresas e dos projectos em curso, mantêm-se praticamente todos sem excepção no que se refere a futuros investimentos a situação é ainda de expectativas. Quanto à pequena e média empresa existe uma nítida retracção, sendo também a situação de expectativa.

8) AUMENTO DE PREÇOS

O aumento de preços no consumidor, que se cifrava por taxas elevadíssimas no início deste ano, sofreu um abrandamento muito forte devido ao congelamento de preços e salários que foi decretado; no entanto, uma vez que o regime de congelamento foi levantado, é de esperar que a maioria dos empresários venha a tentar repercutir nos preços todos os aumentos de impostos (matérias-primas, salários, etc. . . .) que têm vindo a ter; há que evitar esta atitude pelos graves inconvenientes que acarreta.

No inquérito realizado, tanto o comércio por grosso como o retalhista têm afirmado não ter efectuado aumentos de preços desde o 25 de Abril; no entanto, pelas amostragens efectuadas, é possível determinar a existência de aumentos, embora julguemos que parte da componente especulativa da nossa inflação esteja, de momento, atenuada (1).

(1) Desde fins de Agosto até agora, verifica-se nova escalada nos preços no consumidor com o objectivo de contrabalançar os aumentos de salários e reporem a antiga taxa de lucro.

A BANCA E A RECONTRUÇÃO ECONÓMICA

É indispensável à reconstrução económica do País que as poupanças dos emigrantes continuem a afluir normalmente: essas poupanças são necessárias, quer para financiar o desenvolvimento económico português quer para evitar o agravamento do déficit da nossa balança de pagamentos.

Qualquer acção destinada a evitar que as remessas dos emigrantes se dirijam a Portugal tem, portanto, que ser considerada como uma forma de boicotar a execução do Programa do Movimento das Forças Armadas mediante a criação de dificuldades económicas.

O DÉFICIT DO FUNDO DE ABASTECIMENTO

Uma das heranças negativas deixadas pelo antecedente no campo económico é a situação do Fundo de Abastecimento (F. A.): se não se tomassem medidas adequadas, este Fundo teria, no final do ano, um déficit de muitos milhões de contos.

O F. A. tem duas fontes de receita: uma provêm do imposto sobre os combustíveis líquidos; outra provinha da diferença entre os preços internacionais dos cereais e os preços de venda à moagem portuguesa: quando aqueles eram mais elevados do que estes, o F. A. arrecadava a diferença. Contudo, os preços internacionais dos cereais aumentaram substancialmente (uma tonelada de trigo custava 1 850$00 em 1971 e 4 675$30 em 1973) e o F. A. passou a perder fundos com o que antes era uma fonte de receita.

As despesas do F. A. concentram-se na atribuição de subsídios, geralmente ao consumo: combustíveis para a indústria e energia, cereais panificáveis, arroz, açúcar, produtos pecuários.

O antecedente, incapaz de definir e aplicar uma política anti-inflacionista que desenvolvesse a economia portuguesa, decidiu aplicar o F. A. a subsidiar os preços não se preocupando em nada com o agravamento do déficit do F. A. Estes preços subsidiados eram (e ainda são) preços políticos, mantidos artificialmente baixos. Estes preços políticos só aparentemente são anti-inflacionistas: como não tinham uma relação adequada com o custo de produção, estimulavam a procura sem incentivarem a oferta. De facto, vinham agravar o problema, o que procuravam resolver.

O déficit do F. A., de uma maneira geral, é causa imediata de inflação, pois subsidia bens de consumo, e dificulta o financiamento de actividades produtivas; tem ainda o efeito secundário prejudicial de incrementar indevidamente as importações (combustíveis, açúcar). Há déficits que são económicamente necessários; o déficit do F. A. é economicamente muito prejudicial e tem que ser reduzido tão rapidamente quanto o permitam as realidades políticas.

O DÉFICIT ORÇAMENTAL

O grau de intervenção do sector público na actividade económica e social do país depende directamente da possibilidade e das formas de cobertura das despesas que lhe estão associadas.

Numa altura em que para a realização do programa do MFA se exige um intervencionismo mais actuante há que conhecer a situação das finanças públicas e as prespectivas que se podem desenhar.

Em 1972 e 1973 o sector público, registou déficits orçamentais da ordem dos 3 milhões de contos anuais, prevendo-se para este ano um agravamento do mesmo.

O aumento dos vencimentos do funcionalismo público e das Forças Armadas determinou um acréscimo superior a 5 mil contos, nas despesas ordinárias, valor esse só muito parcialmente coberto pelo aumento de receitas previsto em resultado da alteração do sistema fiscal proposto pelo Ministério das Finanças.

No entanto um déficit orçamental não significa necessariamente uma situação ruinosa do tesouro público nem arrasta um abrandamento no ritmo de crescimento da produção interna.

Uma política deliberada de déficit orçamental é um dos instrumentos mais poderosos de que a administração pública pode dispor para impulsionar o crescimento econômico, aumentando o emprego e o rendimento disponível, desde que se verifique as seguintes condições:

a) Existência de capacidade produtiva subutilizado (caso contrário pode gerar ou agravar as tensões inflacionistas);
b) Remuneração pelas despesas públicas dos factores produtivos internos no sentido de evitar uma transferência dos rendimentos e dos efeitos sobre a produção para o exterior, agravando ainda a balança de pagamentos.

Na actual situação conjuntural uma campanha de empreendimentos públicos pode vir ainda a suprir ou compensar uma certa retracção que se tem registado na iniciativa privada.

Como o déficit orçamental tem que ser financiado, e como o aumento "ilimitado" da moeda em circulação tem efeitos inflacionistas, é necessário recorrer a empréstimos (internos ou externos) que resultam em maiores encargos para as gerações vindouras. Há que pôr limites àquele déficit.

Neste momento isto só é possível ou aumentando as receitas ordinárias (o que pressupõe possibilidades técnicas inexistentes no curto prazo) ou reduzindo as despesas (por exemplo, minimizando os custos de funcionamento dos serviços públicos ou os encargos com a defesa) hipótese forçosamente limitada pelos encargos já anteriormente assumidos

A médio prazo uma política de aumento de receitas terá que se basear numa política de redistribuição de rendimentos e de limitação das possibilidades de evasão ao fisco por parte dos particulares e das empresas.

DESPESAS COM DEFESA E SEGURANÇA

NECESSIDADE DE REDUÇÃO

As despesas com "defesa e segurança" foram de 15,2 milhões de contos em 1972 e 17,6 milhões de contos em 1973. Prevê-se que em 1974 ascendam a 21,7 milhões de contos.

A taxa de aumento destas despesas em 1972/73 foi de 16,5%.

A confirmarem-se as previsões orçamentais a taxa de aumento acelerar-se-á em 1973/74, passando para 23,3%.

Esta aceleração das despesas militares depois do 25 de Abril, que será tornada pública após o início do processo de descolonização, será extraordinariamente impopular e poderá empanar o prestígio que as Forças Armadas conquistaram: a população terá dificuldade em compreender que as despesas militares aumentem quando a guerra acaba.

A questão da popularidade, contudo, não é decisivaa: no plano económico impõe-se também a redução destas despesas que contribuem para o agravamento do déficit orçamental — determinando um agravamento da inflação ou do endividamento externo — com poucos ou nenhuns efeitos positivos sobre a economia portuguesa: as despesas ordinárias são, globalmente causa imediata de inflação; mas têm a vantagem de evitar maior desemprego a curto prazo; as despesas extraordinárias (essencialmente equipamento e munições) são sobretudo importações, cifrando-se numa transferência de riqueza de Portugal para o estrangeiro.

O montante e a estrutura das despesas militares tem que ser definido em função dos futuros objectivos estratégicos das Forças Armadas.

Na actual fase é necessário, sem prejuízo da operacionalidade das Forças Armadas, procurar reduzir as despesas com defesa e segurança que se revelam mais nefastas do ponto de vista económico e que são as que se traduzem em importações.

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO PORTUGUESA RESIDENTE NO ESTRANGEIRO

Por se julgar de interesse (1) apresenta-se, a seguir, um quadro estimativo da população portuguesa residente no estrangeiro, referido a 31 de Dezembro de 1973 e elaborado com base em estatísticas oficiais dos diversos países (sempre que possível), em informações fornecidas pelos diversos Consulados de Portugal, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros e em elementos relativos à emigração portuguesa constantes das estatísticas do INE:

Países	*Portugueses residentes*
Africa do Sul	140 000
Alemanha	110 000
Antilhas Holandesas	1 500
Argentina	40 000
Austrália	8 000
Bélgica	12 000
Bermudas	2 000
Brasil	620 000
Canadá	110 000
Espanha	26 000
Estados Unidos da América	160 000
França	800 000
Grã-Bretanha	24 000
Holanda	6 000
Itália	1 500
Luxemburgo	24 000
Rodésia	8 000
Suécia	1 500
Suiça	2 500
Venezuela	95 000
Zaire	20 000
TOTAL	2 212 000

(1) *Vide Conjuntura Económica* (artigo "A Banca e a Reconstrução Económica").

NOVA LEGISLAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

Cont. da pág. 2

Artigo 9.º
(Secretaria)

1. A secretaria do SBE tem as seguintes atribuições:
   a) Elaborar as agendas das reuniões e publicá-las em devido tempo;
   b) Elaborar as actas das reuniões e publicá-las depois da homologação do comando;
   c) Tratar de todo o expediente do serviço;
   d) Compilar a legislação que interesse ao serviço.
2. A organização e constituição da secretaria é da competência da CBE, devendo a escolha do pessoal para nela prestar serviço recair, tanto quanto possível, em elementos da própria Comissão.

Artigo 10.º
(Subcomissões ou grupos de trabalho)

Sempre que as circunstâncias o aconselhem, a CBE poderá entregar qualquer actividade ou trabalho do seu âmbito a uma subcomissão ou grupo de trabalho, por si nomeado, e de que obrigatoriamente fará parte, pelo menos, um membro da CBE.

Artigo 11.º
(Actas das reuniões)

1. As actas das reuniões da CBE são presentes ao comando, para homologação, 48 horas após a reunião.
2. A não homologação de uma decisão da CBE deverá ser comunicada ao escalão superior do comando, com as razões que a determinaram.

Artigo 12.º
(5.ª Repartição da Direcção do Serviço do Pessoal)

A 5.ª Repartição da Direcção do Serviço do Pessoal desempenhará, em relação aos serviços de bem-estar, funções de direcção técnica, competindo-lhe especialmente:

a) Coordenar as actuações dos diversos serviços;
b) Difundir os resultados de trabalhos e experiências realizados pelos mesmos serviços;
c) Propor superiormente a doutrina a estabelecer quanto a procedimentos e outros assuntos relativos ao bem-estar.

Artigo 13.º
(Alteração de legislação)

A Ordenança do Serviço Naval bem como o Anexo 13 (Disposições relativas a Cantinas da Armada) do Regulamento de Administração da Fazenda Naval deverão ser alterados com vista a pô-los de acordo com a doutrina do presente despacho.

PÁGINA CULTURAL — *Esta página está aberta à divulgação de temas reconhecidos pela redacção de interesse cultural*

MÉTODOS PARA A COMPREENSÃO DA HISTÓRIA

I

IDEALISTAS E MATERIALISTAS

A controvérsia entre os historiadores idealistas e os materialistas tem prosseguido através dos tempos. Enquanto uns, pensam que só é real o mundo abstracto dos conceitos, e que as diversas formas de vida social são criadas pelo pensamento humano ou divino; os outros afirmam que as ideias só aparecem na nossa mente como reflexos duma realidade objectiva externa e que a força dinâmica da vontade e do pensamento está limitada pelas condições materiais do meio.

Os defensores de um e de outro método, têm aparecido através da história, como polos opostos do pensamento humano. São exemplos, as polémicas travadas entre Platão e Aristoteles, Cicero e Polibio, Dante e Maquiavel, Campanela e Haller, Rousseau e Montesquieu, Hegel e Marx.

Todos eles, deram um contributo inestimável para a evolução do pensamento humano, e apesar do progresso extraordinário que tiveram neste século, as ciências sociais, muitas das suas teses continuam válidas.

Para os Hegelianos, a ideia de uma coisa, só pode formar-se mediante um contraste mental entre as características próprias da coisa em si, e as suas características contrárias. Toda a ideia é pois, uma síntese da coisa que apresenta e da sua oposta.

Para a filosofia idealista de Hegel, o que realmente tem existência, permanência e valor é o mundo das ideias e não o mundo externo, toda a coisa é em si mesma ela e a sua contrária.

"O meu método dialéctico — escreve Marx no prólogo à segunda edição de *O Capital* — não só é distinto de Hegel, mas até mesmo é oposto. Para Hegel o processo vital do cérebro humano, isto é, o processo de pensamento, que ele transforma, sob o nome de Ideia, em matéria independente, é o verdadeiro criador do mundo real, e esse mundo é somente a forma externa, fenomética, da Ideia. No meu caso, pelo contrário, as ideias não são mais que o mundo material reflectido no cérebro humano e traduzido em formas de pensamento".

Em Marx o processo dialéctico não tem lugar no mundo abstracto das ideias, mas no mundo material das coisas. É no mundo externo no qual cada coisa tem em si mesma o gérmen da sua contrária.

Esta filosofia dinâmica da vida, aplicada ao estudo da história, significa que as sociedades humanas não vivem jamais um período estático.

A sociedade feudal, desenvolve no seu caso os germens da sociedade burguesa; a revolução produz uma síntese, que é a sociedade capitalista dos nossos dias.

Dum modo simplista, a doutrina da interpretação materialista da história pode formular-se do seguinte modo:

A condição essencial da existência da sociedade humana, é a satisfação das necessidades materiais dos membros que a compõem. Os indivíduos que a integram necessitam alimentar-se, proteger-se do frio, procurar abrigo, etc. . . Se estas premissas não se cumprem, os membros que compõem tal sociedade não podem viver; e é claro que, sem eles, não existe a própria sociedade.

Como se sabe, o homem não busca isolada e individualmente a satisfação de todas e cada uma das suas necessidades, porque o homem é um animal gregário. Da cooperação entre os diferentes indivíduos que integram um grupo humano, tendo em vista a sua subsistência, criam-se relações entre cada um deles e os seus semelhantes, que são a forma primária e básica de toda a outra espécie de relações sociais.

II

A ESTRUTURA ECONÓMICA

A estrutura económica é constituída pelo conjunto de formas mediante as quais o homem satisfaz as suas necessidades materiais e as relações que a existência dessas formas torna indispensáveis. A divisão da sociedade em classes e as modalidades peculiares da estrutura social, têm as suas raízes na estrutura económica.

Toda a mudança na estrutura económica de uma época determinada obedece a um processo de desenvolvimento e progresso das forças produtivas, e constitui, portanto, um passo de avanço em relação ao estado anterior.

Com efeito, mais que a substituição da forma pela qual o homem busca a sua subsistência numa determinada fase, por outra forma diferente, o que determina o progresso, e com ele a transformação da estrutura económica, é a aparição de novas formas de o homem satisfazer as suas necessidades. Estas novas formas adicionam-se às antigas, sem por isso as substituir totalmente.

Na primeira fase da evolução social, os meios de subsistência são a colheita de frutos naturais, a caça, a pesca e a pastoricia; numa palavra, os que a natureza pródiga brinda espontâneamente à mera captação do homem.

Na segunda fase, o esforço humano adiciona a estes meios a agricultura, produzindo-se assim uma vasta expansão das formas económicas de produção, mas sem abandonar por isso os rebanhos, a caça, a pesca e a recolha de frutos silvestres.

A transição da fase rural para uma fase urbana mais avançada, assinala-se pela introdução das manufacturas e das industrias, mas sem abandonar por isso a agricultura. Contudo as outras formas mais primitivas do homem satisfazer as suas necessidades perdem já quase toda a sua importância.

A estrutura económica duma época qualquer, determina a formação e desenvolvimento de uma superestrutura política e de um regime político que exprimem e encarnam as relações económicas dessa época. Lenta e gradualmente, as bases económicas começam a modificar-se, até alcançar um ponto em que o sistema político e o sistema jurídico não constituem a sua expressão adequada, mas, pelo contrário, garantem e defendem formas económicas correspondentes à vase precedente e já mortas.

Ao chegar esse momento, as novas forças económicas encontram-se em pugna com os sistemas superstruturais existentes. Mas estes sistemas, tanto político como jurídico, amparam situações e pessoas priviligiadas na fase anterior. Os favorecidos do antigo regime frequentemente se negam a ceder as suas posições, entrincheirando-se nas formas jurídicas que lhes são favoráveis e que ainda persistem. As novas forças económicas, por conseguinte, vêem-se forçados a efectuar uma mudança revolucionária, tirando do seu lugar a antiga classe governamental e substituindo-se pela nova classe surgida na transformação que se efectuara.

III

APARECIMENTO DO FASCISMO

As formas sociais, políticas e jurídicas criadas por uma estrutura económica determinada, são úteis enquanto esta estrutura económica persiste. Quando a base económica se modifica, as formas superestruturais existentes perdem a sua utilidade e razão de ser. Surgem então as épocas de crise ou fases de transição, nas quais, os detentores do poderio económico, criam formas mais austeras de governação, por forma a não perderem os previlégios anteriormente adquiridos. É exemplo disso o aparecimento do fascismo com a crise económica que avassalou o mundo, nos princípios deste século, após a guerra de 1914 1918. A guerra deixou todos os povos da Europa desesperados e inquietos. Nos casos da Europa Central era a amargura da derrota, entre os vitoriosos era a decepção produzida por um triunfo conquistado à custa de imensos sacrifícios, que não rendia o fruto apetecido e as ambições que os vencedores tinham concebido.

Os soldados, que regressavam da frente de batalha, não obtinham empregos e o custo de vida tinha aumentado desproporcionalmente ao aumento de salários. Logo que o capitalismo atravessou tempos tormentosos, a política de concessões tornou-se difícil. A obtenção de lucros exigia o rebaixamento dos salários reais, manter condições dificientes nas indústrias, uma diminuição de impostos sobre o capital e, por consequência uma redução dos serviços prestados pelo Estado. Mas a democracia tinha ensinado as massas a esperar exactamente o contrário disso. Elas tinham chegado ao convencimento de que deviam empregar a sua força política para obter vantagens materiais, aumento de salários, melhoramento das condições de trabalho, um desenvolvimento contínuo dos serviços sociais; tudo aquilo que as massas tinham chegado a identificar com a democracia. O fascismo veio salvar o capitalismo desse dilema.

Ao suprimir, por uma forma ou por outra, a democracia, deu um poder político ilimitado aos elementos que possuem ou controlam os meios de produção.

Nascida da filosofia hegeliana a ideologia fascista, considera o Estado como uma suprema personalidade mítica, a cuja vontade e a cuja glória devem sacrificar-se todos os egoísmos e todos os interesses individuais. Uma èlite, mais *"consciente"* e mais *"patriótica"* que o resto da população, tem o dever de governar e dirigir esta para os *"fins superiores"* da ordem e da grandeza do Estado. Esta doutrina política, é aparentemente semelhante às doutrinas democrático-socialistas, mas a semelhança termina na parte política, porque na económica a verdadeira finalidade do fascismo é salvar um capitalismo decadente. Invocando-se como representa da sociedade una, da Nação una, a doutrina fascista começa por iludir o problema principal da tessitura social que é a divisão da sociedade em classes.

Reclamando para si o dom de interpretar o sentir e o querer de todo o povo, o qual para nada é consultado e de nada decide, os fascistas criaram sempre — porque dele depende a sua própria sobrevivência — um aparelho político administrativo repressivo e policial.

Não só as instituições capitalistas ficam perfeitamente garantidas dentro deste sistema totalitário mas também a regulamentação feita por este das relações entre o trabalho e o capital, assegura aos capitalistas a supremacia em todos os conflitos possíveis.

As instituições características deste sistema, são as Corporações, que se compõem de representantes do capital, dos operários e dos técnicos mas todos eles deverão ser fascistas. Somente as organizações fascistas são reconhecidos pela lei, que lhes atribui a representação da totalidade dos operários ou dos membros da sua profissão, ainda mesmo quando a maioria deles não estejam filiados.

As corporações têm três funções principais: servir ao governo de organismos consultivos, conciliar as disputas entre o capital e o trabalho, e fixar os salários e os preços nos seus ramos correspondentes. Criados os Tribunais de Trabalho para resolver aquelas questões que não possam ser conciliadas, a aceitação das suas sentenças é obrigatória, ficando proibido, portanto, o direito à greve como meio de protesto da classe trabalhadora. E, como qualquer outro meio de protesto: imprensa, manifestações, reuniões, etc., também está rigorosamente proibido; a supressão do direito à greve coloca os trabalhadores num estado de absoluta indefesa.

IV

A DEMOCRACIA

Para os países onde a reacção fascista bloqueou o processo de evolução gradual, a reintegração nas normas democráticas, terá que passar, necessariamente, por uma crise revolucionária, mais ou menos violenta, que altere as estruturas do antigo regime, por forma a criar-se a liberdade necessária, que permita a instauração da democracia, adequada à época histórica em que é reinstaurada.

A democracia individualista, nascida das teorias do contrato social e das doutrinas da revolução burguesa, pertence ao passado. A democracia individualista, enquanto se limita a declarar a igualdade legal de todos os cidadãos, mas exigindo, ao mesmo tempo, que somente se tolerem as actividades económicas nascidas da iniciativa privada, fixando assim ao Estado um limite exigido além do qual não pode intervir, é um sistema absolutamente incompatível com a estrutura económica das sociedades actuais.

A democracia individualista do século XIX, reconhecendo a cada indivíduo o direito ao uso, e tolerando-se o abuso da instituição jurídica da propriedade privada, como algo de intangível e sagrado, serviu já os fins para que foi criada, e é hoje um obstáculo para as novas orientações da evolução social.

A democracia individualista, que permite e justifica a livre exploração do trabalho de uns homens por outros, que facilita a persitência de enormes desigualdades económicas entre os cidadãos legalmente iguais, que não tem sabido encontrar um remédio eficaz para o desemprego, a fome e os sofrimentos de grandes massas humanas, não pode subsistir.

Porêm a democracia, como regime de tolerância e de respeito para com os direitos de todos e cada um dos elementos que integram numa sociedade humana, como garantia da liberdade de acção e de pensamento, de livre discussão dos problemas comuns e da aceitação, enfim, de vontade das maiorias, ainda quando esta não coincide com a nossa, é o único regime compatível com a dignidade do homem e do cidadão.

A democracia, como instrumento político de acção das maiorias na consecução dos fins e propósitos que as próprias maiorias se fixam, depois do processo prévio de um debate livre e sem entraves, no qual todos e cada um de nós tenhamos a oportunidade de convencer os demais, com a razão e não com a força, é a única forma de governo que pode ainda evitar os horroros e violências de revoluções ou de reacções impulsionadas pelos elementos mais exaltados da direita e da esquerda indistintamente.

A democracia, abraçada sinceramente, com o propósito inquebrantável de aceitar as decisões das maiorias, ainda mesmo quando nos pareçam absurdas e injustas, e ainda quando venham a ferir os nossos interesses, é a única fórmula que pode oferecer-se, no actual momento histórico, ao capitalismo para que este possa ceder gradualmente a sua posição previligiada, evitando a queda repentina e catrastófica, transformando a sua inivitável decadência num processo de desintegração por etapas.

A democracia, abrindo os seus braços às massas para que estas possam incorporar-se nas instituições democráticas, e defender, através delas, todas as suas reivindicações económicas fundamentais, é o único meio de fazer com que essas mesmas massas se revistam de paciência, e aceitem como justo aviso para a conquista dos seus fins últimos, o ritmo lento e seguro do prévio debate e da votação livre.

A democracia, aceitando plenamente, e de antemão, o conteúdo económico que é a essência da vida social neste momento de transição entre duas épocas, e conformando-se os elementos mais conservadores, dentro do livre jogo das instituições democráticas, em canalizar o processo revolucionário iniciado pelas massas, evitando quanto possível os exageros irreflectidos, intemperanças injustas ou precipitações perigosas, é a única esperança de que se consigam superar pacificamente as irredutíveis contradições da sociedade actual. É isto possível? Cabe esperar da natureza egoísta do homem, que costuma enganá-lo, obscurecendo a sua inteligência quando se trata de sacrificar previligègios ou conveniências materiais, que se resigne a aceitar de bom grado as decisões adversas das maiorias.

Interessam-me os actos humanos, não para rir-me deles, nem para deploré-los, nem sequer para detestá-los, mas simplesmente para compreendê-los.

BARUCH SPINOZA

OIÇA

Às 3.as, 5.as e 6.as o Programa de Rádio do M. F. A. na Emissora Nacional das 18,15 às 19,00 horas

REACÇÃO NÃO É SÓ PALAVRA

O uso e abuso da palavra reacção, pode levar a uma interpretação errada e por vezes propositadamente deturpada, do termo *reaccionário*.

Neste momento, e, em relação ao 25 de Abril, *reaccionário é todo aquele que se opõe aberta ou encapotadamente ao Programa do MFA, que o mesmo é dizer, à democratização da vida nacional.*

Tal facto leva os saudosistas do antigo regime a esconderem-se debaixo das mais variadas capas, utilizando todos os termos e mais alguns para disfarçarem os seus propósitos últimos, ou seja, o regresso à ditadura que oprimiu o nosso povo durante 48 anos.

Claro que esses elementos não se vão apresentar como *fascistas* ou *corporativistas;* isso seria dar demasiado nas vistas . . .

Usam outros "slogans", outros nomes, outra roupagem. Apresentam-se como *democratas,* como defensores dos interesses do "povo", e vão até ao ponto de se dizerem identificados com o Programa do MFA!

A actuação desses indivíduos faz-se sentir através de uma campanha de sorrisos, pela frente, e de boatos alarmistas e calúnias contra as Forças Armadas, por trás. Sabendo que o binómio Povo-Forças Armadas é uma barreira intransponível para o imobilismo retrógrado, tentam semear a divisão entre eles e entre as próprias Forças Armadas.

Ainda há bem pouco tempo, um panfleto anónimo aparecido no Porto pretendia dar uma cor partidária ao MFA e aos ministros militares do Governo Provisório, uma manobra evidente de calúnia baixa, no mais refinado estilo fascista.

O caso da revolta da minoria reaccionária em Moçambique, foi um autêntico barómetro para uma análise da situação em Portugal.

Logo no dia imediato, circulou em Lisboa um panfleto intitulado *Informação Livre,* com 6 páginas policopiadas, onde se fazia a apologia desse acto criminoso e se propalavam notícias falsas e comentários de índole colonialista e nitidamente contrários aos interesses do povo moçambicano. Certos jornais fizeram coro no apoio à rebelião racista de Lourenço Marques, tirando a máscara e mostrando a sua verdadeira face (se é que alguém ainda tivesse dúvidas).

Os artigos injuriosos para com o MFA sucedem-se. Os panfletos anónimos (ou não . . .) multiplicam-se numa campanha que demonstra a raiva resultante da impotência dos seus autores saudosistas.

A essas manobras opõe-se a unidade das Forças Armadas e do Povo Português, no firme propósito de seguir em frente na democratização, na descolonização, e na construção de "uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas".

Desenganem-se os reaccionários. O MFA está vigilante e não permitirá, de modo algum, um regresso ao passado.

O 28 de Setembro veio confirmar as intenções da reacção por um lado, e do MFA e do Povo Português por outro.

Se os fascistas não desarmam e insistem em semear a confusão e o caos, o MFA e as forças progressistas continuarão unidos no firme propósito de barrar o caminho aos golpes reaccionários e continuar a marcha para a instauração de um regime democrático em Portugal.

— UMA CONFERÊNCIA — UM TESTEMUNHO — UMA REFLEXÃO

A convite da 5.ª Divisão do EMGFA, o Cap. João Sarmento Pimentel, herói da I República proferiu nos Altos Estudos de Defesa Nacional, uma conferência subordinada ao tema "Os Portugueses no Brasil Contemporâneo". Estiveram presentes além de numerosos oficiais dos Três Ramos, o Alm. Pinheiro de Azevedo membro da JSN e o ministro major Victor Alves.

O objectivo mais profundo desta sessão foi no entanto o de homenagear, na pessoa do Cap. Sarmento Pimentel os militares revolucionários do 5 de Outubro de 1910 e todos aqueles que continuaram lutando pelo ideal democrático durante e para além do regime republicano interrompido 16 anos depois.

Encontra-se felizmente ainda vivo — com os seus lúcidos e desempenados 86 anos — alguém que como o Cap. Sarmento Pimentel personifica de maneira exemplar a geração dos cadetes de 1910 e dá testemunho histórico de uma longa vida de coerência e de fidelidade aos ideais da sua juventude.

Entendemos oportuno e revestir interesse — para estímulo de reflexão analógica, relancear aqui alguns dados biográficos relativos ao Cap. Sarmento Pimentel.

///

Pertencente a uma família transmontana que remonta a sua linhagem à 1.ª dinastia, herdou o desprendimento, a alvidez e a exigência moral para consigo próprio que caracterizam os grupos humanos onde o culto pela liberdade e pela independência se sobrepõem a todos os outros valores.

A sua passagem pela Universidade de Coimbra — agitada por intensa crise académica que apenas reflectia a crise de sociedade portuguesa de então — revelou ao seu espírito de patriota que o regime republicano era o que melhor correspondia aos interesses do povo português naquele momento histórico.

Na Escola do Exército também a propaganda republicana criara adeptos, apesar da grande massa dos cadetes ser oriunda de famílias tradicionais fidalgas, ou da grande burguesia dos negócios.

". . . na manhã do dia 4 (Out. 1910) depois de um resto de noite sem pregar olho, suando de aflição e receio, metido na cama vestido, saiu da Escola a pretexto de ir obter informações dos acontecimentos . . .", assim conta o próprio Pimentel, como arrancou para se juntar aos militares e civis que guarneciam o quadro da Rotunda, cuja acção foi decisiva para a vitória da revolução.

Rebenta a I guerra mundial (1914-1918). Os oficiais republicanos voluntarizam-se na totalidade. Sarmento Pimentel parte para Angola onde pelo sul os alemães se infiltravam e sublevavam diversas tribos. Em África ficam sepultados muitos dos mais idealistas. Sarmento Pimentel escapou, apesar dos ferimentos sofridos, e lá fez jus à primeira Torre e Espada, Valor Militar, etc.

Restabelecido volta a oferecer-se desta vez para a Flandres, onde acrescenta novos galardões.

Em Janeiro de 1919 estava no Porto comandando o Esquadrão da Guarda quando da invasão da forças monárquicas. Salta da cama, onde quase agonizara com a pneumónica, para lhes liquidar as últimas veleidades.

Na altura com 30 anos, dispunha do rigoroso soldo de capitão, escasso como agora. Ingressa na vida civil, também em actividades de vanguarda: indústria de cimento; co-fundador da "Seara Nova"; etc.

Logo que em 28 de Maio de 1926 se instalou no País a ditadura militar, foi Sarmento Pimentel contactado para que com o seu enorme prestígio dinamizar os preparativos da revolução republicana. E assim foi um dos quatro signatários da Proclamação Revolucionária de 3 de Fevereiro de 1927.

A descoordenação do levantamento — dia 3 no Porto, dia 7 em Lisboa — resultou na sua derrota. Sarmento Pimentel evade-se de Portugal pela fronteira norte e exila-se no Brasil. Ainda volta à Europa em 1931 para se integrar na revolta que então eclodiu em Lisboa.

Depois . . . são 46 anos no Brasil, roído de saudade da sua Pátria, atento e participante em todas as tentativas anti-fascistas, leader dos democratas portugueses exilados, comunicando-lhes a sua fé e entusiasmo, jurando a si próprio que voltaria a ver a República restaurada.

Fazemos votos para que esta breve resenha biográfica, conduza os camaradas à leitura das "Memórias do Capitão", que no dizer do seu prefaciador (Jorge de Sena) são, "obra rara de literatura portuguesa" . . . "lição de coragem", que "se voltar a haver qualquer coisa parecida com Educação Cívica, trechos delas serão lidos nas escolas como exemplo de integridade, destemor e apaixonada dedicação pela Pátria e pela Vida".

Por aquela Vida que João Sarmento Pimentel legou à sua e nossa Pátria, e, em especial, como ele próprio dedica:

"Aos que nesta luta secular pela Liberdade foram perseguidos, torturados, mortos pela crueldade daqueles que venderam a alma ao Diabo para impunemente poderem talar quanto Portugal possuía de fisionomia própria, património moral e histórico, nobreza de caracter, fraternidade, beleza e graça dum amor que é coração e saudade.

A quantos andaram na triste PEREGRINAÇAM do exílio, ou da cadeia, ou dos campos de concentração, e como meu irmão Francisco e o pobre de mim, nunca perderam a esperança do regresso à terra de seus maiores para com ânimo forte e espírito de concórdia ajudarem a restaurar a República".

O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS E A LUTA PELA LIBERTAÇÃO DO POVO PORTUGUÊS

(cont. da pág. 1)

reacção. Manifestamente oportunas foram pois, as operações efectuadas pelo COPCON na noite de 27 para 28 de Setembro, das quais resultou a prisão de largas dezenas de pessoas, e os postos de vigilância que o povo montou nas estradas de acesso a Lisboa, o que permitiu a apreensão de algumas armas, destinadas a serem distribuídas durante a apregoada manifestação da dita "Maioria Silenciosa". Estes postos de vigilância, vêm depois a ser substituídos por elementos das FA's e finalmente extintos.

Entretanto, e perante o espanto da maioria do povo português, a ordem da proibição da manifestação fazia-se esperar, aguardando-se que a única pessoa a que tal proibição competia, ou seja o General A. de Spínola, dado que a manifestação lhe era dirigida, tomasse a iniciativa de a cancelar. Com efeito, tal cancelamento veio a verificar-se mais tarde, tendo a notícia sido divulgada pela Emissora Nacional, pouco antes das 13 horas do próprio dia da manifestação. O General A. de Spínola acabou por concordar como não aconselhável tal manifestação. Por sua vez, momentos depois, o MFA toma a iniciativa de cancelar definitivamente essa realização, pondo assim ponto final na mais audaciosa tentativa reaccionária de, através da quebra do elo existente entre o Povo e as FA's, poder dividir as forças e levar ao poder um dos tais partidos para que as referidas armas se destinavam e que recentemente vieram a ser descobertas em grandes quantidades. Afinal, e ao contrário do que tinha sido largamente divulgado através de boatos ardilosamente urdidos, as armas não eram aquisição dos Partidos da Esquerda Portuguesa, mas sim dos reaccionários que tentavam impor pela força das armas e da luta uma nova ditadura fascista. Prometia, afinal, esse malogrado golpe de Estado, ser bem diferente e o rubro dos cravos do 25 de Abril seria certamente substituído pelo rubro do sangue derramado pelo povo português.

A consequência imediata dos acontecimentos referidos foi a resignação do Presidente da República.

VI

PERSPECTIVAS FUTURAS

Contrariamente à visão derrotista de alguns da actual situação do País, julga-se que uma análise objectiva e isenta de tudo quanto se fez e se reformou no novo Portugal, permitirá concluir que, se porventura houve tumultos e agressões, as mesmas foram causadas unicamente por todos quantos se sentiram atingidos nos seus interesses egoistas e desumanos pelas liberdades alcançadas e oferecidas ao Povo, pelo Movimento das Forças Armadas.

Efectivamente as reformas mais profundas que se promoveram, visaram exclusivamente o desmantelamento da máquina repressiva e ofensiva do povo, sendo-se obrigado a concluir que, afinal, as mesmas não foram tão profundas quanto deviam ser, já que, pela sua demasiada brandura e humanidade, não evitaram que a reacção fascista pudesse tentar o desesperado ressurgimento em 28 de Setembro.

E, de tudo quanto ficou referido, serão indiscutíveis as conclusões de que:

- Somente unido o povo português poderá ser livre;
- Para se manter unido é indispensável que o povo se mantenha irmanado com as FA;
- Para as FA se manterem irmanadas com o povo têm, elas próprias de estar unidas.

E, para tanto, é imprescindível que o MFA continue como elemento aglutinador dos Três ramos das FA e dos seus próprios oficiais, sargentos e praças e seja, ele próprio, o garante último e fiel de que o programa que elaborou e o espírito que ao mesmo presidiu, se mantenham inalteráveis, puros e firmes até que, indestrutivelmente, a Democracia e a verdadeira Liberdade estejam alicerçadas no coração puro e nobre do Povo Português que, UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO;